

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 2 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZANOVE

-----No dia vinte e seis de abril de dois mil e dezanove, pelas 20.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, no Salão Nobre do Município, sito no Solar dos Gorjões, Largo de S. João, em Porto de Mós, em sessão ordinária, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

- 1. *Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior;*-----
-----2. *Outros assuntos de interesse para o Concelho.*-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

- 1. *Informações da Presidente da Assembleia Municipal; (para conhecimento)* -----
-----2. *Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2018; (apreciação, discussão e votação)* --
-----3. *Relatório do Auditor Externo sobre as Contas de 2018; (apreciação)*-----
-----4. *Estatuto do Direito de Oposição - Relatório de Avaliação de 2018; (apreciação)*-----
-----5. *Dissolução da empresa WRC – Agência para o Desenvolvimento Regional, EIM, S.A. – (para conhecimento)*-----
-----6. *Modificação aos Documentos Previsionais 2019-2022:* -----
-----6.1. *1.ª Revisão ao Orçamento; (apreciação, discussão e votação)*-----
-----6.2. *1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos; (apreciação, discussão e votação)*----
-----6.3. *1.ª Revisão às Atividades Mais Relevantes; (apreciação, discussão e votação)*-----
-----7. *Processo n.º 06-18/2017 – Requerente: VASICOL - Olaria de Barro Vermelho, Lda. - Declaração do Reconhecimento de Interesse Público Municipal, referente à ampliação de uma unidade industrial, sita em Brejo, Moitalina, Freguesia de Pedreiras; (apreciação, discussão e votação)*-----
-----8. *Desafetação de bem do domínio público para o domínio privado do Município - terreno junto do Hotel; (apreciação, discussão e votação)*-----
-----9. *Transferências de competências nas Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais:* -----
-----9.1. *Transferências de competências para os Órgãos Municipais no domínio da Educação - Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro - proposta da Câmara Municipal; (apreciação, discussão e votação)*-----
-----9.2. *Transferências de competências para as Entidades Intermunicipais no domínio da Educação - Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro - proposta da Câmara Municipal; (apreciação, discussão e votação)*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----9.3 Transferências de competências para os Órgãos Municipais no domínio da Saúde - Decreto-Lei 23/2019, de 30 de janeiro - proposta da Câmara Municipal; (apreciação, discussão e votação)-----

-----9.4. Transferências de competências para as Entidades Intermunicipais no domínio da Saúde - Decreto-Lei 23/2019, de 30 de janeiro - proposta da Câmara Municipal; (apreciação, discussão e votação)-----

-----10. Adesão à Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica - Proposta da Câmara Municipal; (apreciação, discussão e votação)-----

-----11. Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro; (para conhecimento)-----

-----12. Relatório Anual de Atividades da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Porto de Mós); (para conhecimento)-----

-----13. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (apreciação).-----

-----Estavam presentes na mesa a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, a Primeira Secretária, Olga Cristina Fino Silvestre e o Segundo Secretário, Antonio José Jesus Ferreira. -----

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM), José Gabriel Pires Vala (PSD), Antonio Pereira Carvalho (PS), Júlio João Carreira Vieira (PSD), Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM), Rita Isabel Santos Miguel (PS), Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD), David Miguel Feteira Salgueiro (PS), Fernanda Maria dos Santos Ferreira Marques (AJSIM), Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS), Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS), Antonio Manuel dos Santos Carreira (AJSIM), João Guilherme Cerejo Santos Costa (PSD), Norberto Antonio Ferreira Nascimento Feteiro (AJSIM).-----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; Filipe da Conceição Batista (JFAS) Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra; João Carlos Coelho Ferreira (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Juncal; Jorge Paulo Costa Carvalho (PS) Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Arrimal e Mendiga; Manuel de Freitas Barroso (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Margarida Maria Fonseca Carvalheiro Louro dos Santos (AJSIM) Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima; Antonio Rogério de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Oliveira Vieira (IPP) Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Sandra Maria da Silva Martins (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Alvados e Alcaria; Tiago Manuel da Costa Rei (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Rui Fernando Correia Marto, Marco Paulo Barbosa Lopes e Sofia Margarida Amado Pereira Caetano, bem como o Chefe da Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa ----

-----Faltaram à sessão, o Vereador Fernando Manuel Marques Amado, bem como os membros seguintes da Assembleia Municipal: Rui Augusto Marques da Silva Pereira Neves (PS); Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD); Cecília Lopes Palma (PSD) e Cristiana Ferreira do Rosário (PSD). Foram consideradas justificadas pela mesa da Assembleia as faltas dos membros supracitados, face à sua solicitação, tendo sido substituídos, nos termos da Lei e do Regimento, respetivamente por, Liliana Carvalho Pereira (PS); Félix Correia dos Reis (PSD); Maria Goretti Fino Domingues (PSD) e Gonçalo Bento Anastácio (PSD).-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----Às vinte horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão começando por cumprimentar todos os presentes.-----

-----Seguidamente passou a justificar o facto de esta sessão ter início às 20 horas e não às 19.00 horas, conforme prevê o Regimento da Assembleia Municipal, face à solicitação do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro para que assim fosse, dado que teve lugar a essa hora a Inauguração da Semana Cultural daquela freguesia, tendo sido todos os presentes convidados para estarem na mesma, pedindo a todos a melhor compreensão.---

-----Finalmente, desejou a todos um bom trabalho, esperando que a sessão decorra na defesa dos interesses próprios da população do concelho de Porto de Mós, no quadro das atribuições do Município e no uso das competências definidas por lei. Terminou dizendo que esta sessão se vai reger pelo Regimento aprovado em 23 de fevereiro de 2018. Nesta conformidade deu-se início ao período de intervenção do público.-----

-----**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Havendo público presente na sala, a senhora Presidente da Assembleia Municipal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

perguntou se alguém se queria inscrever para intervir.-----

-----**Telmo Conceição (Porto de Mós):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse querer interrogar o senhor Presidente da Câmara sobre um assunto que vem agendado na ordem de trabalhos, no seu ponto 8, pois como munícipe e pessoa interessada no bem publico, gostava de saber se há algum estudo que englobe o espaço necessário e reservado ao hotel e hostel que se estão a construir nas imediações do Parque Verde. Como se sabe, urbanisticamente, hoje em dia, é um problema sério a questão do trânsito e do estacionamento dos automóveis e da sua circulação. Tanto o hotel como o hostel, não têm qualquer espaço próprio para esse fim, achando que isso deve ser equacionado. Continuou dizendo que trás aqui outra questão, salientando desde já que, como portomosense está profundamente desgostoso, e que isso tem a ver com a sessão e com as Comemorações do 25 de abril. Referiu que se viveu uma jornada de história e de culto de memória tendo havido convidados importantes que se deslocaram muitos quilómetros para partilhar conhecimento e que a sala estava despida de pessoas, sendo isso extremamente negativo para Porto de Mós.-----

-----Prosseguiu depois passando a referir-se à Esplanada Jardim, dizendo que foi um erro, quando foram feitas as obras do Espaço Jovem, não englobarem neste projeto uma remodelação total da Esplanada Jardim. Referiu-se ainda ao estado de degradação em que se encontra o mobiliário e os lavabos, dizendo que esse espaço, pela sua localização e pela quantidade de turistas que recebe, merecia outra dignidade.-----

-----Terminando, referiu-se à exposição de sementes e de plantas que terá lugar nos dias 3 e 4 de maio próximo, dizendo que estaria presente com um stand de orquídeas, alertando a Câmara que a data deveria ser antecipada para fevereiro pois é nessa altura que há troca de sementes para se semear em março, e é nessa altura a força das orquídeas em flor.-----

-----O senhor Presidente passou a usar da palavra para responder a Telmo Conceição, dizendo relativamente à primeira questão, que, como aquele disse, e estando o tema agendado, responderia nessa altura. Quanto à questão da esplanada, disse que este é efetivamente um edifício público, que tem um contrato de arrendamento, e que eventualmente precisa de mais manutenção do que apenas mesas e cadeiras. No passado, já foi feito acordo, no sentido de ser ajustada a renda ao investimento feito pelo promotor, estando o executivo disponível para voltar a pensar numa solução destas. Efetivamente como já disse, a Esplanada Jardim é um edifício público, mas existem outros edifícios públicos em que o investimento é prioritário relativamente àquela. No que diz respeito à feira das sementes, disse que esta é organizada com parcerias e que o objetivo principal tem a ver sobretudo com espécies autóctones, com espécies em vias de extinção e protegidas, como é o caso da rosa-albardeira, e outros, sendo que o objetivo aqui, é potenciar uma feira de sementes e plantas em Porto de Mós, muito ligada às aromáticas e a tudo o que no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fundo, a tradição e a serra nos tem oferecido. O que lhe tem sido dito pelos entendidos, é que este é o momento para este efeito, não o será eventualmente para as plantas que Telmo Conceição ali apresenta. Quanto às Comemorações do 25 de abril, disse que da parte da Câmara e de todos os que ali estiveram, não será nem o mau tempo, nem as poucas pessoas que o vão desmotivar de continuar a fazer essas comemorações. A importância que tem assinalar esta data, e sobretudo transmiti-la àqueles que nasceram depois do 25 de abril, é algo que vale a pena para que não se perca. O que é importante é que aqueles que são da geração de abril tenham a capacidade de transmitir aos mais novos os seus valores com especial relevância para a liberdade. Assim disse que acha de vital importância que se invista na celebração do 25 de abril, dignificando a data porque é um momento de solenidade, é um momento de memória que foi fundamental para o País.-----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. Apreciação, discussão e votação das atas das sessões anteriores:**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a pôr à aprovação do plenário, **a ata nº 1 da sessão extraordinária** realizada em 30.01.2019, esclarecendo que em conformidade com o disposto no n.º 3 do Art.º 34.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo, os Deputados Municipais, que não tenham estado presentes na sessão a que a respetiva ata diz respeito, não participam na sua aprovação. Não havendo qualquer reparo à mesma, foi colocada a votação, tendo sido **aprovada por maioria, com duas abstenções**.-----

-----Seguidamente pôs a votação **a ata nº 1/2019 da sessão ordinária**, realizada em 22 de fevereiro de 2019, que não sofrendo qualquer reparo foi **aprovada por maioria, com três abstenções**.-----

-----**2. Outros assuntos de interesse para o Concelho:**-----

-----A senhora Presidente, tendo perguntado quem se queria inscrever para intervir neste ponto do Período de Antes da Ordem do Dia, procedeu à inscrição dos membros da Assembleia que a seguir passaram a usar da palavra.-----

-----**Manuel de Freitas Barroso (Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro – PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes agradeceu a compreensão de todos os membros da Assembleia pelo facto de se ter atrasado esta sessão em uma hora, por via da inauguração da Culturalmós, o que aconteceu a seu pedido.-----

-----**Jorge Paulo Costa Carvalho (Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Arrimal e Mendiga – PS):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Após cumprimentar todos os presentes, passou a referir que o assunto que o leva a fazer esta intervenção tem a ver com o facto de, desde dia 1 de abril ultimo, a sua freguesia não ter médico de família. Agradeceu as diligências que o senhor Presidente da Camara e a senhora Vereadora com o pelouro da Saúde fizeram na tentativa da resolução do problema, mas, disse, acha que nesta altura é pouco. Manifestou a sua preocupação com este estado de coisas, referindo que, no concelho seis mil pessoas estão sem médico, sendo que mil e setecentas são da sua freguesia. Terminou dizendo que alguma coisa tem de ser feita.-----

-----**Alcides Manuel Lopes de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – PS):**-----

-----Usando da palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse que quer aqui reforçar o que foi dito pelo seu congénere da Junta de Freguesia de Arrimal e Mendiga, pois também Mira de Aire enferma do mesmo mal, sendo que no mês de abril, na maioria do tempo, esteve um único médico de serviço, o que é manifestamente pouco para as necessidades daquela freguesia. O senhor Presidente da Câmara foi informando o Presidente da Junta das *démarches* e reuniões efetuadas e da sua preocupação sobre o estado de coisas no âmbito da saúde no concelho de Porto de Mós. O que se passa ao nível da Saúde, disse, é que ela anda a velocidades diferentes nas diferentes zonas do concelho. Sendo a Saúde um direito fundamental que assiste a todos os cidadãos, é deveras lamentável que atualmente isso não aconteça. Disse depois que faz suas as palavras do Presidente da Freguesia de Arrimal e Mendiga, para que, para além deste assunto ficar mencionado em ata, todos juntos, se adote outra postura para que a sua voz possa chegar mais longe.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Cumprimentou todos os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, dizendo depois querer deixar duas questões ao senhor Presidente da Câmara, que já vêm da anterior sessão: a equipa tapa-buracos, que ainda não chegou a Serro Ventoso e a questão dos semáforos, que ainda não foi resolvida.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que também vai repetir a sua intervenção, perguntando onde anda a equipa do alcatrão pois a estrada da Paiã está intransitável assim como outras estradas da freguesia de S. Bento.-----

-----**Antonio Manuel dos Santos Carreira (AJSIM):**-----

-----Começou por dizer que o assunto que aqui trás já foi aqui falado por outras duas pessoas e tem a ver com a falta de médico na sua zona de residência, esperando que seja uma situação que se resolva com a brevidade possível.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mesmas seriam transferidas para o pavilhão gimnodesportivo em virtude das condições climatéricas. Posteriormente, recebeu também de uma associação, uma mensagem de que tinha atividades no pavilhão gimnodesportivo, dizendo que foi informada pela Câmara de que estas não seriam possíveis porque a caldeira estava avariada. Disse que não vê qualquer problema em que a Câmara informasse as associações que ali tinham atividades marcadas, de que elas não seriam possíveis atendendo a que o pavilhão teria que ser afetado a outro fim, neste caso, às Comemorações do 25 de abril. Passou depois a referir-se à ocupação do espaço do antigo Posto de Turismo por uma associação do concelho, dizendo que não poderia deixar de falar nisto, mesmo tendo na sua bancada, um membro dessa associação. Esta semana esta associação recebeu uma comunicação da Câmara para revogação do respetivo contrato. Disse ainda que gostaria de relembrar ao senhor Presidente, pois foi na sua presença que o senhor Presidente chamou a atenção para o facto de se dar algum dinamismo aquele espaço, após a reunião de Câmara publica que teve lugar na junta de freguesia de Porto de Mós. Na altura foram apresentadas por Fernanda Marques, membro desta bancada e daquela associação, algumas ideias destinadas a imprimir algum dinamismo ao espaço. Na altura o senhor Presidente concordou que as ideias eram boas devendo o espaço continuar com a associação. Perguntou pois, o que é que mudou de então para cá que deu azo a este ofício. Não está em causa a legitimidade da Câmara de o fazer, mas gostaria de saber o que é que mudou. Quanto aos médicos, disse que Alqueidão da Serra ainda está pior do que estava e o Município pode o que pode, dizendo ainda que, todos juntos têm que tomar uma atitude, pois o Município por si só, revela-se incapaz de resolver este problema, estando todos abertos a ideias. Prosseguiu perguntando, depois de ter consultado o programa eleitoral do PSD que foi sufragado, e atendendo a algumas ideias que lhe pareciam bastante interessantes e que mereceriam certamente o apoio deste grupo municipal, em que ponto está o Centro de Inovação de Gestão Integrada e o Gabinete do Desenvolvimento Local, que tanto quanto sabe, não existe. Referiu depois que no Jantar de Natal, o senhor Presidente fez um anúncio relativo a incentivos à natalidade e que dizem respeito apenas aos funcionários da Câmara Municipal. Tendo sido uma bandeira eleitoral de todos os partidos, inclusive, do senhor Presidente da Câmara enquanto candidato, a fixação de pessoas, perguntou duas coisas: se este incentivo à natalidade não seria uma prioridade do executivo, não só relativamente aos funcionários da Câmara, que o merecem com certeza, mas se, porventura, do ponto de vista social, não será esta medida ofensiva relativamente ao resto da população, tendo em conta que, os funcionários do Município são também munícipes como os outros, e por outro lado, salvo erro, do ponto de vista social têm até uma proteção adicional relativamente à maioria da população do concelho. Disse ainda estar de acordo com o incentivo dado aos funcionários do Município, mas gostaria era que esse incentivo fosse extensivo à restante população do concelho e que já tivesse ido uma proposta a uma reunião de Câmara pelo menos nesse sentido. Essa sim, considera ser uma necessidade de gastos de dinheiros públicos, pois o envelhecimento está a ser um facto consumado todos os dias.---

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usando da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes a senhora deputada passou a ler a seguinte intervenção:-----

-----"Durante doze anos, recorrentemente, aqui foi referido pelo PSD que para atrair pessoas a Porto de Mós, teria de existir uma aposta clara do Município, no turismo e na cultura, pois só assim se poderia revigorar a economia local, mas as nossas propostas foram inócuas, esbarraram sempre contra uma Câmara com uma visão virada para outro lado. Hoje podemos registar com agrado que afinal a nossa batalha produziu frutos. Hoje, este executivo, não só acredita no turismo e na cultura, como os promove e assume-se a liderar ou como parceiro nestas áreas. Este é o segundo ano, em que a Cultura e o Turismo, e o Turismo Religioso também é turismo, atraem milhares de pessoas a Porto de Mós, até aqui nunca visto, a não ser nas Festas de S. Pedro. Registamos com orgulho o êxito das cerimónias de Domingo de Ramos e da Semana Santa, com particular ênfase para a via-sacra, Sexta-feira Santa. Mas o que nos enche mais de orgulho e enaltece o coração, é sem dúvida os milhares de pessoas que visitaram Porto de Mós, mas também o facto de todas as freguesias do concelho e as suas instituições, se terem envolvido e terem cooperado, e terem estado presentes pessoas de todo o concelho mas também muitas que vieram de fora. Este segundo ano, sem dúvida, que viu reforçado em número de visitantes, o que prova que, quando os projetos são planeados e estruturados, o êxito está à vista, e ano após ano, será sempre a somar. Assim, Porto de Mós, ficará no mapa, seguramente. Mas é necessário que a cultura faça parte do nosso quotidiano, como acontece noutras vilas ou cidades, por este país. Para isso, é também necessário educar nesse sentido, e promover o seu desenvolvimento e a cidadania. Claro está, que este êxito só se consegue com trabalho, dedicação e visão, características que dominam este executivo, em particular o senhor Vice Presidente da Câmara, Dr. Eduardo Amaral. Tenho também de referir que, durante doze anos, como deputada municipal, fui convidada e compareci, nos inúmeros eventos realizados no Castelo. Em cada um deles, tinha sempre o cuidado de referir ao executivo de então, que o exterior do Castelo não oferecia segurança para os visitantes, pois deveria ter barras ou um gradeamento e a resposta que obtinha, é que não era possível pois o IPAR não permitia. Afinal foi possível, e foi permitido. O nosso Castelo está hoje mais seguro, mais inclusivo e mais atrativo. Felicitamos pois o senhor Presidente do Município e em particular também o senhor Vice Presidente com o pelouro da Cultura, pelo magnífico trabalho, pela realização desta obra de alindamento e de adaptação ao novo tempo, das acessibilidades, da modernidade, pois preservar o nosso património histórico é honrar a memória de um povo que se bateu heroicamente pela nossa Pátria, e levantou o esplendor de Portugal. Porto de Mós, está hoje, mais rico, mais bonito, mais feliz, pois tem a sua casa altamente dignificada. Felicito também a senhora vereadora com o pelouro da Saúde, pela realização da II Feira da Saúde. Em primeiro, pela sua deslocalização e pela oportunidade do tema "Saúde Mental", pois esta área da saúde, é muitas vezes o parente pobre da saúde, apesar de cada vez mais existirem doenças do foro psicológico. É de louvar, e é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

importante colocar este tema na agenda política, pois hoje, para a saúde mental, a solução não chega só à ala de psiquiatria que existe no Hospital de Leiria. A saúde mental precisa de muito mais do que isso. Precisa de equipas multidisciplinares que apostem na prevenção, que realizem diagnósticos adequados e tratamentos eficientes e cabe ao governo central, assegurar a sua existência. Por fim, não posso deixar de referir as comemorações do 25 de abril - na minha opinião, devem sempre existir – e felicitar a Câmara e a senhora Presidente da Assembleia Municipal, pelas atividades desenvolvidas, pois comemorar abril, trás sempre um momento de agradecimento às mulheres e homens que lutaram para que a liberdade seja uma realidade. Comemorar abril será sempre um reavivar dos valores da democracia.”-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Usando da palavra, depois de cumprimentar todos os presentes, disse querer deixar uma palavra ao senhor Vereador da Cultura sobre a Semana Santa que correu muito bem, esperando que quanto aos eventos que já estavam sedimentados no concelho, lhes continuem a dar continuidade.-----

-----Prosseguiu dizendo que, colocar no mapa, em termos de imprensa regional, por vezes tem sido feito, mas na semana que passou, foi pelos piores motivos. Infelizmente como se pode verificar, todos vêm aqui com o mesmo tema, que é a Saúde. Agudizasse o problema da falta de médicos de família no concelho, que tem seis mil utentes sem clinico atribuído. O problema de Alqueidão da Serra, já sobejamente aqui debatido e conhecido, continúa sem solução à vista. O problema colocou-se também no início deste mês, nos postos de saúde de Arrimal e Mendiga, com a aposentação do clinico que ali estava colocado. E Mira de Aire, em que um dos três clínicos está de baixa prolongada, e outro tem registado ausências sucessivas por motivos de saúde. O problema persiste no concelho sem solução à vista. Assim, urge tomar medidas. Embora não sendo responsabilidade direta do Município, algo tem de ser feito, assegurando o transporte dos pontos mais afetados para a sede do concelho. Gostaria de saber que garantias é que o senhor Presidente teve, junto da senhora Secretária de Estado e ainda como é que está a situação do posto móvel de saúde, tão falada, mas que até agora ainda não se concretizou. Continuou dizendo que tem que haver uma reação enérgica e uma predisposição para encarar o problema com seriedade, com maior dedicação, no sentido de obtenção de respostas. Essas respostas são o que todos esperam, estando dispostos a colaborar com o executivo no sentido de arranjar soluções.-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes. Sobre o problema da Saúde no concelho de Porto de Mós disse que é efetivamente uma preocupação que tem. Felizmente Mira de Aire, hoje, já não tem o problema que tinha e que o deputado David Salgueiro relatou. O médico que estava de baixa prolongada já retomou o serviço. Continuou dizendo que há uma coisa que a senhora Secretária de Estado lhe disse, e que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é, que não tem condições legais para substituir médicos de baixa. Fazendo o enquadramento desta questão, disse que, em determinada altura, o Partido Socialista a nível distrital apresentou um documento dizendo que não havia falta de médicos. Então, disse ter sido o primeiro a felicitar o Partido Socialista publicamente, por aquilo que tinha conseguido fazer, e que tinha sobretudo trazido uma grande resposta áquilo que era umas das grandes preocupações de todos no que diz respeito ao envelhecimento da população do concelho de Porto de Mós. Disse depois que a forma mais fácil de gerir esta situação politicamente, seria dizer que não tem qualquer responsabilidade nesta matéria de colocação de médicos, no entanto, disse que tem essa responsabilidade porquanto se tratam de munícipes do concelho de Porto de Mós, e enquanto Presidente da Câmara é responsável, coisa que assume aqui publicamente. Cerca de seis mil utentes que não têm médico. Respondendo ao deputado David Salgueiro disse que a senhora Secretária de Estado lhe garantiu que dos médicos que pediram mobilidade, nenhum sai sem substituição e no concurso de 67 vagas de mobilidade, Porto de Mós ficou com duas, o que significa que, pedindo a mobilidade para cá, já não vão poder sair em mobilidade para outro lado. Referiu ainda que transmitiu à senhora Secretária de Estado, que é incompreensível que a aposentação do médico de Arrimal e Mendiga não tenha sido prolongada até ao momento do concurso. No que se refere aos transportes, disse que a Câmara ofereceu transporte de Alqueidão da Serra para Porto de Mós, bem como oferece transportes de Arrimal para a sede do concelho, quando quiserem. O problema é que o Centro de Saúde de Porto de Mós não garante horário para os transportes. Ainda relativamente à senhora Secretária de Estado, e continuando a falar sobre este problema da Saúde, disse que neste momento está a caminho a possibilidade da criação da USF, e o que lhe foi transmitido foi que agora a "bola" está do lado do Ministério. A direção do Centro de Saúde de Porto de Mós já mudou. Vai haver um médico novo a dirigi-la, dizendo esperar que seja um médico que tenha interiorizado esta filosofia das USF's. O Sistema Nacional de Saúde, do qual as UCFs dependem, não tem a mesma maleabilidade. Há que arranjar forma de colocar o resto do concelho na primeira velocidade em termos de saúde. A Saúde é o assunto de primeira ordem no concelho de Porto de Mós, considerando muito importante que todos os atores políticos estejam alinhados na preocupação e sobretudo na solução. O problema da falta de médicos na região centro e sobretudo no ACES Pinhal Litoral, neste momento é dramático. Há seis ou oito meses atrás no ACES Pinhal Litoral havia zero utentes sem médico de família e agora, só no concelho de Porto de Mós, há seis mil utentes sem médico e na zona do Pinhal Litoral faltam 34 médicos. Este é um problema da zona Centro, que terá de ir sendo atenuada, arranjando soluções que passem pela autonomia dos Centros de Saúde, com capacidade de contratação de profissionais de saúde. Estão a ser feitos todos os esforços, por parte da Câmara Municipal, no sentido de dar incentivos a estes profissionais que estão a concorrer, de fixação no concelho, nomeadamente com a atribuição de casa. Sobre a unidade móvel de saúde, disse que está candidatada. Houve uma alteração ao aviso, a pedido da ARS de Leiria, estando as carrinhas a ser adaptadas de forma a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conterem todos os cuidados primários de saúde conforme estava estabelecido no aviso. Espera-se que até ao final do mês de junho, a Unidade Móvel de Saúde possa ser entregue à UCC, e a partir daí, começar a prestar serviço às populações. Sobre este assunto da Saúde, disse que neste momento é tudo quanto pode dizer. Disse ainda que sabe que há uma associação que foi criada, em boa hora, pois os utentes são sempre importantes.-----

-----Respondendo depois ao senhor Presidente de Junta de Serro Ventoso, disse que segunda-feira está previsto que a equipa de tapa buracos irá para a sua freguesia, mas que será uma intervenção ligeira porque aquela estrada irá ter uma intervenção de fundo, a breve trecho. Se a revisão orçamental que está agendada para esta sessão for aprovada, irá ser reforçada de forma significativa a questão dos alcatroamentos, pela necessidade sentida nalgumas zonas do concelho. Relativamente aos semáforos, foi decidido fazer um concurso, porque a sua reparação não era exequível em termos financeiros. Assim, foi decidido não avançar para a reparação face ao orçamento que lhe foi apresentado, e foi aberto um procedimento que está em curso e que se destinará à substituição de vários equipamentos semaforicos não só em Serro Ventoso, mas também noutras zonas do concelho onde os mesmos se encontram obsoletos. Quanto ao alteamento das bermas com *tout venant*, suscita sempre este problema, pois quando chove, este vem para a via pública. A Joaquim Santiago, sobre o 25 de Abril, disse que, ontem as Comemorações foram encerradas com um espetáculo de marionetas para as crianças no auditório do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, que se encontrava completamente cheio. Igualmente foi criado um roteiro para as crianças do ensino básico visitarem as exposições, tomando assim contacto com aquele período da nossa história. A Luís Almeida disse que tem de ser encontrada uma solução para que, quem vem do IC2 veja mais do que uma entrada para a zona industrial. O anterior executivo, chegou a falar com a Estradas de Portugal, IP, na tentativa de poder ter ali uma solução de entrada e saída. Agora a zona industrial com a sua ampliação para mais do dobro, com uma frequência de veículos substancialmente maior a entrar e sair, a entrada ficará logo mais ampla porque os terrenos ali à volta irão ser adquiridos. Neste momento não existem lotes para vender, pelo que não fará sentido estar agora a promover a zona industrial. A Antonio Carvalho disse que o regulamento que referiu está a ser ultimado pelos serviços jurídicos da Câmara. No que se refere à Semana Santa, disse a Mário Cruz que são opções e que Câmara é parceira relativamente a esta atividade como o é com outras. Continuou dizendo que, esta é uma atividade que colocou no concelho as quatro televisões, e portanto tem aqui alguma expressão regional. Aliás, se se lerem as declarações do senhor padre no jornal, o que ele diz, é que todas estas atividades já se faziam, de uma forma ou de outra. Enquanto parceiros efetivos, neste momento está-se a corporizar esta iniciativa, que é das mais antigas da região centro. Em relação ao 25 de Abril e à indisponibilidade de cedência do pavilhão, disse que a caldeira estava mesmo avariada. É essa a informação que tem. O clube que estava a treinar tinha alternativas arrançadas pelo município: no CCR da Fonte do Oleiro, ou eventualmente no pavilhão do Juncal. Relativamente ao Posto de Turismo, disse que teve essa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conversa, mas foi um pouco diferente, e a Fernanda Marques não o deixará mentir. O que lhe disse foi que a Câmara queria reestruturar o edifício e dar-lhe uma nova roupagem, até porque lhe chamaram a atenção para o estado em que se encontra aquele espaço. O que lhe disse é que estava disponível para requalificar aquele edifício, dar-lhe utilização e passar a vender exclusivamente produtos da Associação de Artesãos da Serra de Aire e Candeeiros. E isto mantém-se. Neste momento o que a Câmara precisa é de ter o edifício na sua posse, para fazer uma candidatura para se fazerem as obras. Quanto à intervenção de Olga Silvestre disse apenas querer deixar uma nota: a questão da envolvente ao Castelo, tinha de facto um projeto que não tinha sido aprovado, e no âmbito da candidatura à mobilidade, foi apresentado um projeto mais simples, porque o anterior era requalificação do muro, ampliação do muro inclusive, dando continuidade àquele muro em volta do Castelo e a Direção Regional do Património Cultural não aprovou. Esta última solução foi muito bem acolhida e parece-lhe que dignifica em muito o espaço envolvente ao Castelo. Tem havido um reforço significativo de visitantes, mas também tem havido a procura do Castelo para a realização de filmes, para documentários, para eventos que poderão ali ter lugar, após a devida ponderação e principalmente para a partir dali se visitar o resto do concelho. Concluiu dizendo que o projeto do Castelo e a forma como as obras foram sendo feitas deve orgulhar a todos sendo um dos melhores pontos de referência do concelho. Fez ainda referência às conferências que ali se têm realizado referindo que esses colóquios serão editados em cadernos, que do ponto de vista científico merecem ser lidos, querendo-se abrir o Castelo aos alunos do concelho para estes saberem que a Batalha de Aljubarrota aconteceu no concelho de Porto de Mós, que as tropas pernотaram aqui, para saberem o que é que aconteceu antes da Batalha de Aljubarrota e tudo o que aconteceu a seguir, nomeadamente em relação a D. Afonso IV. Esta história vai ser contada aos mais pequenos, porque pensamos, disse, que não podemos afirmar o presente nem prosseguir para o futuro, sem conhecer, e sobretudo dar a conhecer aquilo que de mais importante temos, que a nossa História.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):-**

-----Usou ainda da palavra para perguntar ao senhor Presidente da Câmara, porque se está em vias de fecharem algumas escolas no concelho, como é que o município está a prever reorganizar os alunos.-----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu que está é a arranjar maneira de não fechar nenhuma escola.-----

-----**Samuel Costa** perguntou ao senhor Presidente da Câmara qual a previsão para a equipa dos tapa buracos ir para a zona que referiu acima, pois há cinco meses que reclama essa intervenção, ao que o senhor Presidente respondeu que não tem nenhuma previsão, mas que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

provavelmente será depois de ir a Serro Ventoso.-----

-----PERIODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal:-----

-----Usando da palavra disse que como todos sabem, o tema da Saúde é-lhe caro, estando solidária com todos os senhores deputados e Presidentes das Juntas de Freguesia relativamente a tudo o que aqui foi dito, e se assim o entenderem, esta Assembleia está disponível para trabalhar nesse assunto visto à resolução deste problema que tão gravemente afeta as vidas dos cidadãos do concelho. Nesse âmbito também, disse que o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Alqueidão da Serra, lhe transmitiu o estado de coisas e o descontentamento que grassa na sua freguesia, bem como os senhores Presidentes de Junta, quer de Mira de Aire, quer de Arrimal/Mendiga. Ainda neste âmbito, disse que na qualidade de representante da Assembleia Municipal aqui designada para o efeito, junto do ACES Pinhal Litoral, teve uma reunião naquele órgão, cuja ordem de trabalhos era o ponto de situação dos cuidados de saúde da área de atuação do ACES Pinhal Litoral. Nesta reunião estava o Dr. Pedro Cigalho, diretor executivo, como todos sabem, que destacou a necessidade, no distrito, de tomar uma posição, uma vez que não se pode permitir que haja escassez de médicos neste distrito, enquanto noutras zonas do país, esse problema não se verifica. Esta posição também foi tomada por ela própria, neste Conselho, e o que ficou definido, foi que o Presidente do Conselho, Dr. Raul Castro, iria enviar à senhora Ministra, para já, um conjunto de situações que têm a ver com mobilidade, procedimentos concursais, ou seja, tudo o que já foi dito e que não pode ser feito, mas que a senhora Ministra da Saúde pode alterar.--

-----Disse depois, dirigindo-se aos senhores deputados municipais que estes quando faltam, devem dirigir à senhora Presidente e não ao secretariado, por escrito, uma comunicação dizendo o motivo pelo qual não poderão estar presentes nas sessões, pedindo a sua substituição, para que assim se possam, justificar a falta e proceder à sua substituição. No caso do deputado Rui Neves, este foi substituído apesar de não o ter pedido, mas futuramente devê-lo-á fazer, para que fique tudo devidamente registado.-----

-----Informou depois que esteve presente numa reunião em Leiria, a convite da ANAM, apesar de não sermos seus associados. Aceitou o convite para um debate sobre o poder das Assembleias Municipais, no que diz respeito à descentralização de competências. Também foi ouvida no Ministério Público na qualidade de testemunha sobre o processo sobre plágio que para ali foi enviado. Referiu depois que também foi convidada pelo Pároco de Porto de Mós para integrar a Procissão do Senhor dos Passos, o que fez com muito gosto.-----

-----2. Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2018:-----

-----Usando da palavra o senhor Presidente disse que, encerrado que foi o ano de 2018, cumpre-lhe agora apresentar as contas, o que passou a fazer com recurso a suporte de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

powerpoint. De uma forma resumida, disse que as contas estão equilibradas e têm muito que ver com o modelo de gestão que este executivo adotou. Têm numa primeira leitura, um saldo de despesa de capital manifestamente insuficiente em relação aquele que estava previsto. Este executivo assume isso, e talvez o saldo menor de despesa de capital relativamente ao que estava previsto, é que levou a transferir um saldo de gerência de 2,5 milhões de euros. E isto quer dizer que não se investiu por várias razões, nomeadamente os problemas com a Central Termoeletrica, a eficiência energética das piscinas ainda não foi aprovado, o Campo da Fiandeira que mais uma vez não se adquiriu, e que lhe parece que em boa hora não foi adquirido, o canil que avançou só em 2019, o posto móvel de saúde vai ser adquirido agora, porque o aviso só abriu em 2019 (tendo havido alteração ao equipamento pretendido pela ARS) e a ALE de Porto de Mós, também com uma dotação superior áquilo que foi gasto, embora tenham sido adquiridos, em números redondos, cerca de quatrocentos mil euros de terrenos. No que diz respeito às receitas, a parte mais importante da receita de capital são os fundos europeus – o FEDER – e não tendo executado estas obras, recebe-se menos, nomeadamente a Central e a ALE. No entanto, importa referir que houve um ligeiro aumento em todos os impostos diretos, nomeadamente IMI, IMT, IUC e Derrama. Houve um ligeiro aumento também nos indiretos e isso deve-se a um ligeiro aumento nos loteamentos e licenças de obras. Houve uma redução na rubrica "*multas e outras penalidades*". Esta redução tem uma explicação. Em 2017 o estado português transferiu o valor, na totalidade, referente aos juros que decorreram das retenções do tempo da troika. Na venda bens e serviços houve também uma redução na venda de água, que tem a sua explicação no forte incentivo às populações para a poupança de água, que veio a repercutir-se na faturação que sistematicamente se veio reduzindo. Quanto à despesa, na despesa corrente, se se olhar para o todo verifica-se que há aqui um acréscimo da conta final de cerca de trezentos e tal mil euros. Mas se se olhar para aquilo onde o município não pode intervir, ou seja, nas despesas com pessoal, onde há um aumento significativo porque houve o desbloqueio das carreiras, com subsequente aumento dos vencimentos, 24 colaboradores que estavam com vínculo precário e que foram integrados na carreira, foi contratado um coordenador municipal de proteção civil e foram feitos contratos para três avançados no âmbito de um programa da Comunidade Intermunicipal, que se chama Plano Inovador contra o Insucesso Escolar, que tem a contrapartida financeira da parte da receita. As transferências correntes aumentam porque também foram aumentadas de forma significativa as transferências para os bombeiros e para o movimento associativo. Olhando para as restantes rubricas, aquisição de bens, aquisição de serviços, outras despesas correntes e juros e outros encargos, temos que na comparação entre 2017 e 2018, o desempenho de 2018 foi melhor que o de 2017 em dez mil setecentos e noventa e sete euros. Isto diz bem da forma controlada e equilibrada com que foi feita a gestão da despesa corrente durante o ano de 2018. Relativamente à despesa de capital, este foi o ano em que não se conseguiram concretizar algumas das obras a que se haviam proposto. O que aconteceu, foi que nos primeiros meses do ano o executivo andou

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a procurar a melhor forma de se adaptar ao novo Código dos Contratos Públicos. Este código é complexo, tendo sido lançado com pouca formação para todos. Tem novas figuras jurídicas, que criaram nos serviços um conjunto de constrangimentos, que levaram os municípios a acautelarem-se com pareceres jurídicos, alguns deles emitidos pela própria Comunidade Intermunicipal. Quando os concursos foram lançados, três deles ficaram desertos, sendo um deles o do Castelo, outro, o do saneamento da Várzea, e também o Centro de Desportos de Ar Livre de Alvados, que foram relançados mais tarde. Assim, um conjunto de projetos que estavam previstos iniciarem-se no 2º semestre de 2018, acabaram por ser protelados no tempo. Neste momento estão em curso, tendo no primeiro trimestre uma execução de quase meio milhão de euros, que compara significativamente acima, com praticamente, todos os anos anteriores, em despesa de capital. Ainda relativamente a esta matéria da despesa de capital, 2015 teve três milhões oitocentos e oito mil euros, 2014, três milhões cento e quarenta e nove, 2013, três milhões setecentos e quarenta e dois. Disse querer deixar esta declaração de interesses bem frisada: se no passado, este reduzido investimento, serviu eventualmente para guardar o dinheiro no banco, o seu objetivo não é esse. O seu objetivo é assumir e cumprir os compromissos que designaram fazer, nomeadamente a construção da famigerada Central Termoelétrica, de cujo procedimento se está a aguardar visto do Tribunal de Contas, iniciando-se assim que o mesmo vier, porque é uma obra que, quanto menos tempo se perder, melhor, porque há fundos comunitários que se aguardam, e porque a Câmara tem uma situação financeira que lhe permite a sua concretização.-----

-----Quanto à evolução do endividamento, disse que o endividamento global se reduziu em menos setecentos e quinze mil euros do que no ano anterior. Porque havia condições para isso, foram renegociadas as condições da dívida, estando o município agora a pagar um pouco melhor, tendo deixado menos dívida de um ano para o outro. Existe neste momento, de dívida à banca 1,7 milhões de euros, tendo-se também aqui reduzido em cerca de trezentos mil euros.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----Disse que apenas queria deixar aqui um alerta, pois há aqui um rácio que o incomoda um pouco. É que neste momento, as despesas rígidas já ultrapassam mais de um quarto das despesas totais, devendo-se aumentar as receitas de forma a corrigir a situação.-----

-----**Norberto Antonio Ferreira Nascimento Feteiro (AJSIM):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que apenas queria fazer aqui um comentário quanto à ação social, onde diz "*...foram feitas várias alterações aos regulamentos de apoio social ao longo do ano*" perguntando se estão concluídos, se foram informadas as associações, ou como é que elas os poderão consultar.-----

-----**Antonio Pereira Carvalho (PS):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Começou por dizer que iria tentar não ser muito demorado, até porque, com um documento tão extenso, apenas se podem tirar algumas notas, que foi o que fez, tendo tirado um conjunto de cinco notas. Em primeiro lugar, o mapa de fluxos de caixa, mostra que no início de 2018 havia um saldo de dois milhões oitocentos e quarenta e seis mil euros e que no final do ano, havia três milhões duzentos e vinte mil euros, ou seja, mais trezentos e setenta e cinco mil euros, acabando por ficar com muito dinheiro em caixa, que podia ter sido aplicado. Ponto nº 2: através da certificação legal de contas do ROC verifica-se que há bens do município, integrados no património do município, sem valorização, ou seja, com valor zero. Em enfases, verifica-se que é mencionado que havia um milhão seiscentos e três mil euros de ações judiciais contra o município, que não foram provisionadas. O relatório anual do ROC mostra o que o senhor Presidente já disse, uma fraca execução percentual, no que se refere a bens de capital, quer em receitas, quer em despesas. Em terceiro lugar, disse que destacou que, na prestação de contas, ao falar em critérios valorimétricos e ao falar concretamente em acréscimos diferimentos são mencionados os proveitos e os custos que foram registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos. Não fala especificamente na conta 2745 – subsídios para investimentos – este sim, de grande dimensão, mais de doze milhões de euros e que de acordo com o POC diz o seguinte: Incluem-se nesta conta os subsídios associados com ativos que deverão ser transferidos numa base sistemática para a 7983 – outros proveitos e ganhos extraordinários. Disse que pensa que é o valor que aparece no desenvolvimento da conta de ganhos e perdas, valor na ordem dos oitocentos mil euros. Ainda acerca desse assunto, disse o ROC :*" No respeitante aos proveitos diferidos, salientamos o montante de doze milhões cento e setenta e seis mil euros, referentes aos subsídios recebidos"* aparecendo depois um quadro com a desagregação desses valores. Depois aparece também no mesmo quadro um conjunto de bens implantados em propriedade alheia e outros do município. Continuou dizendo que, referiu da última vez que aqui se falou destas coisas, que na certificação legal de contas fica sempre mal que a mesma seja com reservas. O que toda a gente tenta evitar é isso mesmo, uma certificação legal de contas com reservas. Mas esta ainda vai mais longe, também tem enfases, devendo esta situação ser de todo, a evitar. Na nota nº 4, refere o quadro 20, que ao falar em *"desporto, recreio e lazer"*, com o número da rubrica 252 *"valor previsto para desporto, recreio e lazer"*, duzentos e vinte e seis mil euros, comprometido cento e sessenta mil, realizado, cento e cinquenta e sete, pago, cento e cinquenta e dois, ou seja, o pago, sobre o previsto, 67%. Quando se chega ao quadro 29, que tem em cima, *"apuramento de custos por funções"*, na mesma rubrica 252 *"desporto, recreio e lazer"*, diz, *"em 2016, setecentos e setenta e cinco mil euros, em 2017, novecentos e sessenta e quatro, em 2018, oitocentos e três"*, dizendo que não sabe onde está o aumento. Em termos percentuais, em relação ao total das funções, tivemos a percentagem mais baixa, já quem 2016, tivemos 5,07%, em 2017, 5,41% e em 2018, 4,87%. Por ultimo, no quadro 31, *"candidatura ao Portugal 2020"*, no que se refere à remodelação do edifício da Central Termoelétrica, temos: investimento candidato, dois milhões cento e cinquenta e oito mil

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

euros, elegível solicitado, um milhão novecentos e trinta e um, apoio solicitado, um milhão seiscentos e quarenta e um, investimento aprovado, dois milhões cento e trinta e oito, elegível, dois milhões cento e vinte e três e aprovado um milhão oitocentos e cinco, isto é, verificamos que o apoio aprovado, foi superior ao pedido. As organizações do 2020 propõem-se apoiar em um milhão oitocentos e cinco, quando foi pedido um milhão seiscentos e quarenta e um. Quanto à nota número cinco, disse que seria importante acompanhar isto com um balanço, que é o ponto da situação e tem todos os bens resumidos em valor, que é o património, o conjunto de todos os bens do município, e depois, tem numa outra parte, o que se deve desses bens e quais são os fundos próprios. Aqui aparece uma coisa que é o seguinte: fundos próprios e passivo, mas existe aqui uma rubrica com doze milhões de euros, que não tem este título e que desvirtua as contas todas. Acrescentou que devia dizer antes de mais, que o que foi feito está corretíssimo, não está em causa a maneira como as peças foram apresentadas, só que, quando se fala em passivo e em capital próprio, por regra os dois juntos dão sempre o total do ativo. E aqui ficam doze milhões de fora, o que significa, que se se retirar o valor dos proveitos diferidos, que conforme disse no ponto nº 3, vão ser passados para fundos próprios, sem qualquer custo, porque passam todos os anos cerca de oitocentos mil euros para fundos próprios sem qualquer custo, ou seja, o município só deve cerca de três milhões de euros, que se se juntar o mapa dos fluxos, o município não deve um tostão a ninguém. Ou podia não dever um tostão a ninguém, e isto é que deve ser dito. Situação parecida com esta situação, foi a que efetivamente foi herdada. Como disse o senhor Presidente, e muito bem, podem-se fazer mais obras, eventualmente mais gastos com apoios, nomeadamente às associações, mas essa é uma opção do executivo. Esta situação, quando se fala na transferência anual, só desta conta 7983, faz com que, se não fosse transferida, o resultado teria sido negativo. Quando há pouco se disse que o ano teria sido mais positivo do que o ano anterior, se se fizesse aí uma correção, o que conta são os resultados correntes, não são os extraordinários. E sem os resultados extraordinários, o exercício anterior foi melhor que o deste ano. Sem os resultados extraordinários, os resultados correntes, cifram-se em quatrocentos e vinte mil em 2017 e seiscentos e oitenta e seis mil em 2018. Disse ainda ser claro que o objetivo do município não é ter lucro, mas em suma, aqui fica a situação que, em resultados operacionais e em resultados correntes, os resultados de 2017 foram melhores que os resultados de 2018, depois com os resultados extraordinários foi desvirtuada a situação.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes passou a dizer que *"este é o primeiro relatório de contas que se está a analisar, da total responsabilidade deste executivo, referente a 2018. O documento que nos foi apresentado, aparenta estar bem elaborado, bastante claro, bem explicado rúbrica a rúbrica, de fácil leitura e entendimento. Fazendo uma análise ao mesmo, verifico que, à semelhança dos anos anteriores, também houve rigor na gestão e utilização dos*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dinheiros públicos, e assim vai continuar certamente. Este executivo está determinado em cumprir os orçamentos, com o maior sucesso de execução, e são elaborados de acordo com os compromissos assumidos com os portomosenses. Podemos então verificar que o grau de execução de 2018 foi quase perfeito, apenas com uma pequena variação nas despesas de investimento ou de capital, que ficou a dever-se a situações alheias à vontade do executivo, mas ficou salvaguardado o respetivo valor para o exercício seguinte de 2,5 milhões de euros. Quanto à relação que, entre as receitas correntes e as despesas correntes, verifica-se um saldo positivo, de 3,5 milhões de euros, obrigando a uma gestão bastante rigorosa do lado da despesa, libertando assim este valor, para a aplicação em despesas de capital e investimento. A obrigação legal quanto ao equilíbrio orçamental entre as receitas correntes e despesas correntes, encontra-se assim totalmente assegurada. A execução orçamental da receita, foi de 95%. A execução da despesa foi de 83%, um pouco abaixo do previsto pelas razões já referidas. Investimento adiado, estando salvaguardado e garantido o respetivo valor para o investimento em causa, mas também pela boa gestão das despesas correntes. Só assim foi possível garantir estes valores e terminar o ano com resultados líquidos positivos. Eu não sou dos que acham que as contas das autarquias devem dar resultado positivo no final do exercício, como as empresas. Deve ser feito investimento e bem gerido. Evitar derrapagens, até se for caso disso, se justifique, o executivo poderá e deverá endividar-se e contrair financiamento externo, para investimentos pontuais, que venham ao encontro das necessidades reais das pessoas e do concelho. Cá estaremos para analisar, se for caso disso. Concluímos então que a nossa responsabilidade, como órgão fiscalizador do executivo, na gestão e execução do seu trabalho anual, encontra-se aqui facilitada pelo rigor, pela transparência, pela execução e boa gestão dos fundos públicos que são colocados à sua disposição. Acabámos de celebrar os 45 anos do 25 de abril, momento histórico para o poder local, pelas conquistas obtidas, alcançando a sua liberdade democrática para administrar e gerir de acordo com os mandatos do povo, os recursos que lhe são afetos. Sendo estes aplicados de acordo com as suas necessidades, melhorando a sua qualidade de vida e aumentando a dinâmica das suas regiões e proporcionando o bem-estar social das pessoas, com melhor educação, melhor saúde, melhor emprego, mais cultura, etc. É por tudo isto que nos debatemos no dia-a-dia. É por isso que mais de 60% do nosso trabalho diário, é absorvido pelos impostos e por tudo o que somos obrigados a cumprir para a sustentabilidade do país. Por isso, o que se exige dos políticos e gestores políticos, é que cumpram, que se comprometam com as pessoas, e respondam às suas inúmeras necessidades. Que sejam humanos, que conheçam a nossa realidade local e apostem no progresso e desenvolvimento das suas regiões. Tenho a certeza que este executivo está cada vez mais atento a esta realidade. Assumi um compromisso e está determinado em cumpri-lo, trabalha para as pessoas, para um concelho moderno, e que se quer mais desenvolvido com políticas assertivas. A caminho dos dois anos de mandato, verificamos que Porto de Mós está melhor. É mais conhecido, é mais procurado por residentes habituais e não habituais. Posso

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

adiantar que teve um crescimento significativo de pessoas que procuram o nosso concelho para viver habitualmente, mas também para residentes não habituais, como emigrantes e outras, que escolhem o nosso concelho para fazer os seus investimentos de segunda habitação. Isto é o resultado das condições que proporcionamos às empresas para aqui se instalarem, originando mais emprego, e também pela ótima oferta turística, pela beleza natural e cultural e pelas inúmeras atividades que temos desenvolvido nos últimos tempos, que levam o nosso concelho mais longe e mais apetecível. É para isso que trabalhamos, é por isto que estamos aqui, a ajudar este executivo a tornar o nosso concelho melhor e a resolver o problema das pessoas, sendo condição essencial."

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM):**-----

-----Usou da palavra começando por dizer que quando as coisas estão bem, ou quase bem, as opiniões não divergem muito. E por aquilo que está aqui a acontecer nesta análise às contas, este ano, é que as opiniões aqui expressas não divergem muito umas das outras.-----

-----Começando por analisar esta prestação de contas e este relatório de gestão, o que se lhe oferece dizer é que está muito bem concebido e esclarecedor. Ainda assim chamou a atenção para a página 15 onde detetou um pequeno lapso, onde se diz que "a despesa fixa se fixou em dezanove milhões, setecentos e dezassete" quando se trata de "dezassete milhões setecentos e dezassete", referindo que é isto que acontece a quem faz coisas. Continuou dizendo que já o ano passado se chamou a atenção pelo facto de a comparação, em determinadas rubricas, ser de três anos, outras de cinco, ou até de oito, não faz grande sentido. Deveria ser fixado um critério, devendo essas comparações ser feitas num espaço temporal determinado.-----

-----Prosseguiu dizendo que todos quantos andam nestas lídes há mais tempo, sabem que no primeiro ano de mandato de qualquer executivo, nunca os orçamentos são totalmente cumpridos, pois é o ano em que esses executivos se começam a afirmar.-----

-----Passou depois a fazer referência a alguns números fazendo uma especial menção ao facto de as despesas correntes terem aumentado 6%.-----

-----Referiu ainda que, quando os ROC's fazem determinada apreciação, e quando esta tenha um carater duvidoso ou real, faz sentido a certificação com reservas. Mas quando o executivo tem a certeza absoluta de que não vai haver risco, o ROC não devia ter feito uma reserva, porque uma reserva fica mal e escusava de ter acontecido.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra para agradecer as questões que foram colocadas e até aconselhamentos, sempre uteis e que regista com muito gosto, porque entende que está todos os dias a aprender. Respondendo ao deputado Norberto Feteiro, disse que relativamente aos diversos regulamentos da ação social, as bolsas de estudo para o ensino superior está concluído, a comparticipação dos transportes, que foi aumentada, também já está a ser executada. A questão da ação social escolar, no que diz respeito a materiais escolares, refeições e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATL também já está em curso, bem como o programa Abem, de apoio ao nível dos medicamentos. Falta concluir o banco local de produtos de apoio, tendo já sido adquiridos um conjunto de equipamentos, significativo, para estarem disponíveis para as pessoas mais carenciadas, estando neste momento em discussão pública. Trata-se de um projeto em rede em conjunto com outras IPSS's. Há ainda o grupo de proteção sénior que foi aprovado no conselho local de ação social e neste momento está também para consulta pública.-----

-----Relativamente ao Dr. Carvalho e à explicação técnica que deu, queria deixar duas ou três notas. Efetivamente o ROC faz aqui um enfase sobre uma questão específica, que tem que ver com o processo em tribunal da Central. Disse ter a convicção, bem como dos advogados da Câmara que acompanham aquele processo, que durante este ano vai ter desenvolvimentos, e no próximo ano, se verá se se tem que pagar ou até criar uma provisão. Esta é uma prática do município de Porto de Mós. No relatório de 2016 havia um processo em tribunal e o ROC fez um enfase na certificação para se provisionar em cerca de novecentos e quatro mil euros, num processo que o município achava que ia ganhar, e ganhou. E portanto não provisionou, e bem. Disse ainda que não tem problemas de nenhuma espécie em criar provisões, em primeiro lugar, e em segundo lugar, em apresentar aqui resultados negativos. Refere ainda que o enfase não tem qualquer importância, porque o executivo entende que é matéria que não é para este ano. Disse que admite que, com o desenvolvimento do processo, se possa ter de vir a criar essa provisão. Neste momento, considera extemporâneo. Referiu ainda que em sua opinião, provisionar novecentos e quatro mil euros como refere o ROC, seria também dizer para fora, nomeadamente aos advogados do queixoso, que a Câmara Municipal estaria a claudicar relativamente a este assunto, e isso é coisa que nunca fará, porque a empresa que aqui esteve não fez bem ao município de Porto de Mós. O município de Porto de Mós se tiver de pagar alguma coisa, honra, mas acredita sinceramente que não terá de pagar. Relativamente ao 2020, disse que a questão é exatamente a mesma do que com a Central. A Central, tinha um valor base de 2,8 milhões de euros, e foi adjudicada por um valor ligeiramente abaixo de dois milhões, um milhão novecentos e noventa e cinco, com comparticipação sobre o valor elegível, de 85%. Naturalmente que tem de haver reprogramação. Se os fundos aprovados são sobre 85% de 2,8 milhões de euros, se eventualmente o valor base é de um milhão novecentos e noventa e cinco, a incidência dos 85% passa a ser sobre este último valor, e portanto, o restante valor, o anterior executivo, destinou-o, para a requalificação da envolvente às piscinas, obra que foi concluída e cujos fundos comunitários já foram recebidos. Esses duzentos e tal mil euros, correspondiam ao valor da Central, que agora fazem falta, mas sobre o qual nada se pode fazer, porque a reprogramação foi feita em tempo e nada fazia crer que o empreiteiro não fosse fazer a obra, estando agora a obra adjudicada por 2,6 milhões de euros, havendo aqui um diferencial de um milhão de euros, que tem de ser o município, através da sua tesouraria, a suportar. E isto só para explicar a diferença que salientou, do 2020. Continuou dizendo que de facto o resultado podia ter sido negativo, mas como o senhor deputado diz, e bem, e aligeirando as palavras, "é para o lado

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que dormimos melhor". Disse que, o resultado negativo, o tem visto Câmaras com extraordinárias execuções e tem visto resultados enormes com Câmara que estão à míngua, e que provavelmente têm o dinheiro na banca. E este é um procedimento que este executivo não quer ter. Este executivo quer cumprir com os compromissos, mas sobretudo, quer ir de encontro às necessidades das populações.-----

-----Relativamente à questão colocada por Gabriel Vala, disse que tem exatamente a ver com a preocupação sentida sobretudo na despesa corrente, no controle e no modelo de gestão que foi adotado, bastante exigente, por forma a podermos também fazer outro tipo de atividades que permitem que elas se concretizem, sem aumentar as chamadas despesas correntes. Mas há algumas que são impossíveis de controlar, não sabendo como é que podem ser combatidas. E respondendo a Samuel Costa e também a Luís Almeida, referiu-se às despesas com o pessoal. As despesas com pessoal, da forma como foram desbloqueadas as carreiras e os compromissos que foram assumidos, esclarecendo que foram assumidos compromissos pelo anterior executivo de doze pessoas que eram assistentes operacionais e que passaram para técnicos superiores, situação que este executivo honrou, como era sua obrigação. Havia também vinte e quatro pessoas que estavam em situação precária e entraram no quadro do município. Foi ainda a contratação do coordenador municipal de proteção civil, que era inevitável, e também os três avençados que estão ao serviço do projeto do insucesso escolar, mas para esses há a receita do outro lado. Este aumento de cerca de trezentos mil euros na fatura dos recursos humanos, é um aumento que tem significado. Mas há outros. Por força da pouca rotatividade de quadros, estando também com um quadro de pessoal muito envelhecido, o que leva a que as despesas com a saúde, aumentem de forma muito significativa. E também a necessidade urgente de se passar a ter aqui mais juventude a trabalhar na Câmara, o que só pode acontecer, após a saída para a reforma de alguns trabalhadores, que quando se estão a preparar para sair, têm de esperar mais um ano, e alguns deles, já estão efetivamente numa fase descendente da sua carreira, pese embora muitas destas pessoas tenham dado imenso a este município, ao longo de muitos anos. Esta questão dos recursos humanos é efetivamente uma preocupação. Este ano as despesas correntes também foram aumentadas por via dos protocolos com os senhores Presidentes de Junta, tendo sido aumentadas as participações. Naturalmente, para se poder aumentar de um lado terá que necessariamente se reduzir noutras.-----

-----**Antonio Pereira Carvalho (PS)**, pediu a palavra apenas para dizer que, como disse Luís Almeida, o documento se encontra muito bem apresentado.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2018** - posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 12 (doze) abstenções e 19 (dezanove) votos a favor.**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**3. Relatório do Auditor Externo sobre as Contas de 2018:**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse ter pouco mais a dizer pois este ponto da ordem de trabalhos, que sendo para apreciação do plenário já foi comentado na explanação que fez no ponto anterior, mostrando-se disponível para responder a qualquer pergunta que algum deputado municipal entenda colocar-lhe.-----

-----Não havendo qualquer pedido de intervenção a senhora Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

-----**4. Estatuto do Direito de Oposição - Relatório de Avaliação de 2018:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, passou a tecer algumas considerações sobre este assunto.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Pedindo a palavra, começou por dizer que, embora seja para apreciação, aproveita o ensejo apenas para deixar algumas breves notas. O site da Câmara está remodelado, e mais intuitivo, no entanto, pode verificar que a inserção de alguns conteúdos, nomeadamente no que toca a regulamentos, sendo que alguns que já foram aqui aprovados, ainda continuam a constar os mais antigos. Do ponto de vista da informação, quer da oposição, quer dos próprios munícipes, parecer-lhe-ia mais avisado, começar ao contrário, ou seja, publicar ou inserir os mais recentes e depois ir fazendo esse trabalho de reposição dos mais antigos, se for o caso disso, achando ainda que em alguns casos até nem se justificará. Disse depois querer deixar um desafio, não só ao executivo, mas também à Assembleia, de, à semelhança do que vem acontecendo noutros municípios do distrito de Leiria, se fazer a transmissão pública não só das sessões da Assembleia Municipal, mas até das reuniões de Câmara. Isto não só seria uma forma de tornar realidade a participação tão desejada dos munícipes, mas também conferia tanto ao executivo, como aos deputados presentes, maior dever de participação e de estudo dos assuntos e documentos, parecendo-lhe que não seria assim tão difícil fazer isso, em plataformas digitais, sabendo que por vezes é muito difícil ao público, aqui estar. Esta proposta que aqui está a fazer, nem sequer é inovadora. Trata-se de uma proposta que foi aqui feita pela senhora deputada municipal Ana Narciso em 2013. Terminou dizendo que o senhor Presidente da Câmara referiu que os documentos, quando solicitados ao executivo, são facultados, não pondo isso em causa, no entanto, nos serviços da Câmara pode-se constatar que muitas vezes, ainda há alguma reticência por parte dos funcionários, em disponibilizar alguns documentos aos deputados municipais.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara passou depois a responder ao senhor deputado Mário Cruz, dizendo quanto ao *site* da Câmara, que havia um contrato com uma empresa, que previa também a sua manutenção. Verificou-se que o encargo financeiro era excessivo, estando agora esse trabalho a ser feito com a "*prata da casa*". Naturalmente que esse trabalho está a ser mais lento, mas também se está a deixar de gastar alguns milhares de euros. Disse pensar que esta situação se equilibrará entretanto, entrando depois num fluxo normal. No que se refere à transmissão das reuniões, disse que o que está pensado é comprar um sistema de som diferente e no que se refere à transmissão, é uma coisa que se pode equacionar com a senhora Presidente da Assembleia, não descartando essa hipótese. Quanto às reuniões de Câmara, disse que as que são públicas passaram a ter lugar as 18 horas, precisamente para que as pessoas possam participar. Disse ainda que também faz parte da vivência em democracia, este envolvimento social. Se se pretender fazer tudo através de meios digitais, tudo se torna impessoal. Se a Câmara faz um esforço, que faz, para ir às diversas freguesias auscultar as pessoas e ouvi-las e saber das suas necessidades e anseios, é injusto que se tenha que ainda transmitir a reunião na sua terra para que pessoas continuem a ficar em casa. Tendo algumas reservas sobre isso, disse que dentro do espírito do que foi falado, se mantinha aberto a equacionar a questão.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal disse também que concorda com o que foi dito pelo senhor deputado Mário Cruz, podendo esta questão vir a ser trabalhada no sentido de estas sessões poderem vir a ser transmitidas para chegarem a todos, uma vez que são sempre à noite. É um assunto que merecerá uma reunião com os senhores líderes dos grupos municipais, para se trabalhar no sentido de se poder vir a apresentar uma proposta ao senhor Presidente da Câmara.-----

-----5. Dissolução da empresa WRC – Agência para o Desenvolvimento Regional, EIM, S.A. :-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a explicar o assunto em questão referindo que o mesmo já veio a esta Assembleia Municipal por variadas vezes. Todos já sabem que a empresa em questão foi dissolvida, tendo sido feita a assembleia final, tendo a Câmara Municipal da Anadia assumido os ativos e os passivos e os associados perderam o capital social. É o caso do Município de Porto de Mós, sendo isso que aqui vem para conhecimento da Assembleia Municipal.-----

-----6. Modificação aos Documentos Previsionais 2019-2022: -----

-----6.1. 1.ª Revisão ao Orçamento:-----

-----6.2. 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos:-----

-----6.3. 1.ª Revisão às Atividades Mais Relevantes: -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que, no que diz respeito à revisão do Orçamento, foi decidido enviar um documento para os senhores deputados, a explicar de forma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sintética o que é que estava em causa. De uma forma geral o que está em causa é o reforço de verbas, de despesas de capital. Ainda de referir algumas novas rubricas, referentes a candidaturas que foram feitas, estando a aguardar eventual aprovação, para se saber se serão cabimentadas. Disse estar a falar de uma candidatura ao POSEUR para um sistema de telegestão para melhoria das perdas de água. Falou ainda de um conjunto de outras rubricas abertas no âmbito da mobilidade ativa, projetos esses, alguns de âmbito intermunicipal, referindo-se concretamente à via ciclável que liga Porto de Mós a Vieira de Leiria. -----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que apenas queria deixar aqui duas ou três notas. Disse que fica um bocado confuso por ver a congratulação por parte do PSD, por esta execução orçamental, quando há um ano e meio, ter os cofres cheios era algo completamente desprezível por parte deste partido, por um tipo de atuação da Câmara Municipal. Quanto a si, considera que é um fracasso uma execução de 68% em despesas de capital, quando aqui se anda atrás da equipa dos tapa buracos. Depois continua a ver um conjunto de rubricas, um conjunto de projetos, um conjunto de possibilidades de execução. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara disse que se está a caminho do segundo ano perdido neste concelho. Continuou perguntando qual o rumo durante estes dois anos, qual a estratégia definida concretamente para os próximos dois anos que se avizinham a passos largos. Disse ainda que o senhor deputado Gabriel Vala referiu que já se está num concelho fantástico, mas pessoas a viver aqui e mais empresas implementadas, perguntando se aquele lhe sabe dizer quantas.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM):**-----

-----Em relação à proposta aqui apresentada, disse que pensa que se trata de enquadrar o saldo da gerência de 2018. A maior parte destes valores já estava na parte do orçamento dos não definidos. Continuou depois dizendo que tem aqui uma dúvida que é a seguinte: o resultado da gerência foi de dois milhões e quinhentos mil euros conforme consta do texto da proposta mas no 3º paragrafo da mesmo diz-se "*relevar ainda a circunstancia de se estar a encaixar o saldo de gerência do ano de 2018 que ascendeu a dois milhões cento e quatro mil cento e dez euros e cinquenta cêntimos.*"-----

-----O senhor Presidente da Câmara interrompeu o deputado dizendo que efetivamente se trata de um erro assumido.-----

-----Continuou depois o senhor Presidente respondendo aos anteriores intervenientes dizendo, quanto à equipa dos tapa buracos que não pode haver "*sol na eira e água no nabal*". Ou se contratam mais pessoas e os encargos financeiros com despesas nos recursos humanos aumentam, porque o município só dispõe de uma equipa. Quanto a esta retórica do segundo ano perdido, disse fazer-lhe alguma confusão, por uma razão. Disse que está efetivamente aqui com esta equipa,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

há um ano e sete meses. Neste tempo, se se olhar para a sua proposta eleitoral, já foi concretizado muito e estão a caminho de concretizar ainda mais. Disse ainda que se estivesse desse lado, ficaria muito contente com um executivo que permite a um vereador da oposição fazer a entrevista que fez. Ele está cá, conhece as coisas e sabe como é que tem andado a dinâmica deste executivo. Este executivo não está a trabalhar sozinho. Está a trabalhar com dez Presidentes de Junta, está a trabalhar em equipa, reunindo e planeando, e desde o início que foi definida uma estratégia que está a ser levada por diante. Naturalmente que foi deixada para trás a prática de fazer rotundas e pavilhões, privilegiando nesta fase uma coisa que na sua opinião é indigna, referindo-se ao facto de se terem mantido os edifícios do município a cair. Se o senhor deputado David Salgueiro for ao edifício dos Paços do Concelho e for visitar os gabinetes, verificará que hoje os funcionários têm dignidade para trabalhar, coisa que não tinham. Se se atentar nos depósitos de água, nomeadamente de Mira de Aire, podia-se verificar que tinham buracos onde cabia a sua mão, perdendo-se milhares de litros por dia. Foram gastos cerca de cento e cinquenta mil euros a recuperar os depósitos de água. E portanto, disse, esta é a sua primeira prioridade. Disse depois que este executivo não anda aqui em função de bandeiras, estando a trabalhar em função das necessidades das pessoas e será nessa base que este executivo irá continuar a fazer as coisas, apesar das suas críticas, que considera legítimas.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **1.ª Revisão ao Orçamento** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com 10 (dez) abstenções e 19 (dezanove) votos a favor.**-----

-----Seguidamente, foi posto a votação o ponto **6.2. 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos**, da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 11 (onze) abstenções e 19 (dezanove) votos a favor.**-----

-----Por fim, foi posto a votação o ponto **3. 1.ª Revisão às Atividades Mais Relevantes** da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 12 (doze) abstenções e 19 (dezanove) votos a favor.**-----

-----**7. Processo n.º 06-18/2017 – Requerente: VASICOL - Olaria de Barro Vermelho, Lda. - Declaração do Reconhecimento de Interesse Público Municipal, referente à ampliação de uma unidade industrial, sita em Brejo, Moitalina, Freguesia de Pedreiras:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, disse que este processo da Vasicol não é a primeira vez que vem aqui a esta Assembleia, mas que pensa que será a última, porque na reunião decisória, chegou-se a um acordo com a CCDR, tendo-se alterado os polígonos, havendo uma área menor de construção e o respeito pelo afastamento que o PDM prevê. O que se pede à

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal é que considere nula a anterior declaração de reconhecimento de interesse publico que foi concedida à Vasicol, com base nos pressupostos anteriores e reconheça o interesse publico à Vasicol, com base nestes pressupostos.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Usando da palavra disse que a sua intervenção seria muito rápida, dizendo querer colocar aqui uma dúvida em relação à declaração de interesse público que já foi aprovada, perguntando se a mesma "cai" por força desta, tendo o senhor Presidente da Câmara confirmado que sim. Mário Cruz continuou dizendo que no entanto a sua intervenção nem é tanto nesse sentido. Em primeiro lugar disse querer congratular o senhor Presidente relativamente à documentação e ao que hoje foi aqui apresentado, que foi o que o levou desde sempre a abster-se relativamente à votação do reconhecimento do interesse público municipal. Hoje, por esse facto, disse querer dar-lhe os parabéns porque essa é uma explicação não só técnica mas também jurídica que aqui deu, considerando-se elucidado quanto a isto. Em segundo lugar, disse que esta é uma empresa que efetivamente e reconhecidamente, trás mais-valias ao concelho de Porto de Mós, sendo uma empresa de referencia mundial, e hoje pela primeira vez vai alterar o seu sentido de voto, aprovando esta proposta.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que no tempo do fascismo só os grandes é que tinham direito a alguma coisa e agora, parece que se está a voltar ao mesmo. Disse ainda que votará a favor porque é uma empresa do concelho, no entanto manifestou a sua revolta porque quando um particular quer construir uma casa, têm que se cumprir os limites impostos pelo PDM ou quaisquer outros instrumentos de gestão territorial e estas empresas conseguem o que querem, nem que tenham que se suspender esses instrumentos.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM):**-----

-----Usando da palavra disse que esta é uma daquelas empresas que se pode considerar daqui e d'além mar. Com uma pujança enorme e sempre presente nos maiores certames nacionais e internacionais é daquelas empresas a que não se pode dizer que não.-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder a Joaquim Santiago, dizendo que foi criada a Lei 165/2014, com vista à regularização de todas as empresas que estavam em situação ilegal. Havia algumas que não eram de todo regularizáveis à luz da Lei, e como se sabe, aqui no concelho, até foram regularizadas muitas pedreiras, pequenas pedreiras até, o que criou aqui alguma urticária nas Assembleia Municipais, no passado. Mas que foram regularizadas. Disse ainda que a Câmara não está aqui a licenciar obra. Depois deste

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reconhecimento de interesse municipal, tem que ser cumpridos um conjunto de pressupostos, de acordo com os regulamentos municipais para garantir que a obra pode ser levada a efeito. O que se está aqui a fazer é a cumprir a lei ajudando uma empresa do concelho. A esta, não lhe custa nada, e aos senhores deputados pensa que também não, dizer que é uma empresa de interesse municipal.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs a votação o presente ponto da ordem de trabalhos – **Processo n.º 06-18/2017 – Requerente: VASICOL - Olaria de Barro Vermelho, Lda. - Declaração do Reconhecimento de Interesse Público Municipal, referente à ampliação de uma unidade industrial, sita em Brejo, Moitalina, Freguesia de Pedreiras – tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.**-----

-----**8. Desafetação de bem do domínio público para o domínio privado do Município - terreno junto do Hotel:**-----

-----O senhor Presidente usou da palavra para explicitar o presente ponto da ordem de trabalhos, o que fez, dizendo que o que existe é um loteamento cuja proposta está em curso, e que foi unificado pela Câmara. Agora, a Câmara Municipal entendeu, ser exigível aumentar o estacionamento, e por isso aqui vem, nomeadamente a cedência de um conjunto significativo de metros quadrados em cave. O que temos aqui é o alargamento da cave, por baixo de um passeio, que é de utilização pública, para se poderem aumentar os lugares de estacionamento.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Usando da palavra, perguntou se o promotor do hotel quando comprou o edifício tinha previsto estas alterações e dado que terá essas benesses, se aqui forem aprovadas, qual o benefício que o município tira dessa cedência, sem ser terminar o prédio, que era uma coisa que ele tinha de fazer quando o comprou.-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----Usando da palavra perguntou ao senhor Presidente da Câmara se a parte superior do passeio vai ficar em domínio privado, embora de usufruto publico tendo este respondido que sim, e que, por isso, é que tem de comprar.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (AJSIM):**-----

-----Usando da palavra passou a fazer uma breve resenha histórica sobre a situação do hotel, dizendo que foi um dos que veio a correr para Porto de Mós, para aprovar aquela alteração ao loteamento, porque o hotel tinha que estar pronto em 2004 por causa do Euro. Em 2004 o hotel não estava pronto, tendo daí para cá, vindo a avolumar-se os problemas. Continuou dizendo que por casualidade, em determinada altura foi vereador com Júlio Vieira. Numa das primeiras reuniões de

407

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara desse mandato, Júlio Vieira perguntou como é que estava a situação do hotel, nomeadamente se estavam reunidas as condições para que a Câmara tivesse acesso ao lote se houvesse algum problema, tendo-lhe sido respondido que sim. Tendo tido acesso depois à documentação correspondente, verificou-se que o loteamento não estava registado a favor da Câmara. À pergunta de Júlio Vieira de como era isso possível, o executivo de então calou-se. Assim, foi o próprio, então vereador Júlio Vieira, que foi à conservatória acompanhado da funcionária, tratar desse assunto, tendo-lhe sido dito na conservatória que já não era possível proceder ao registo. Falando depois com outro conservador, foi dito a Júlio Vieira que era possível, pelo que ficou registado que se houvesse alguma situação anómala, o terreno passaria para propriedade da Câmara. Algum tempo depois, a Câmara teve conhecimento de que o hotel ia à praça tendo Júlio Vieira proposto que se adquirisse o hotel com a garantia bancária de duzentos e cinquenta mil euros que tinha recebido do mesmo, podendo depois fazer com ele o que quisesse. Na altura o executivo disse que não era explorador de hotéis. Continuou dizendo que, para que esta situação tenha fim à vista, se tem que se ceder alguma coisa a alguém que efetivamente esteja interessado, não vê problema em que a Câmara condescenda um pouco. Terminou dizendo que, por esse motivo, dá o seu aval ao senhor Presidente da Câmara no sentido de negociar o que puder, sem por em causa os interesses do Município de Porto de Mós, obviamente, para que esta situação se resolva finalmente.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra referiu-se ao facto de apenas terem enviado a informação, não tendo enviado o anexo com a planta, de forma a que os deputados pudessem ter uma noção do que estava em causa, e que gostava que este assunto fosse melhor esclarecido.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Começou por dizer que este assunto já está na ordem do dia há quinze anos, acalentando-se a esperança de que se venha a tornar uma realidade. Segundo a informação disponível, disse que julga que agora há um investidor interessado e que pode ter pernas para andar. Mas para que o processo possa evoluir, está a ser apresentado aqui hoje para aprovação, a cedência de uma parte do domínio publico para o domínio privado da Câmara para que esta possa vender ao particular. Pelo que vem sido dito, o hotel vai ser uma realidade, indo ser-lhe anexado o edifício de habitação que lhe é contíguo, que foi adquirido pelo investidor com esse objetivo, tendo o loteamento já sido alterado de acordo com esse desígnio. Terminou dizendo que Porto de Mós precisa disto, até pelo esforço que este executivo está a fazer na divulgação e dinamização do concelho.-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usando da palavra disse que apenas queria deixar uma nota, fazendo suas as palavras de Joaquim Santiago, salientando que o reconhecimento e a mais valia é terminar-se o hotel. O que lamenta é que, o que foi fornecido aos deputados municipais foi a informação sem nenhum anexo, estando a ver um rascunho às 23.30 horas do que se pretende fazer, não tendo informação do valor em causa, não tendo informação dos pareceres técnicos, não tendo informação da posição dos munícipes que habitam nos prédios contíguos. Parece-lhe um processo está a ser conduzido de forma concreta, esperando todos que seja desta vez que se conclua o famigerado hotel. No entanto, disse, tem que saber o que é que se está a votar e não sabe. São 23.30 horas, viu um rascunho e não há mais nenhum tipo de informação dada aos membros da Assembleia Municipal.--

-----**Antonio José Jesus Ferreira (PSD):**-----

-----No uso da palavra, disse que relativamente a estas dúvidas todas quanto ao que se vai aqui votar, e porque lhe pareceu que a situação poderia suscitar dúvidas dado que a informação disponibilizada era escassa, foi à Câmara e tentou saber concretamente do que é que se estava a falar. Então, o que se está aqui hoje a tentar decidir relativamente a este assunto, é a passagem de uma parte do terreno na envolvente que é do domínio público da Câmara para domínio privado da Câmara, para poder eventualmente vender ao promotor do hotel. E isto porque a Câmara impôs ao promotor do hotel que, para este ser construído, dentro dos pressupostos em que o projeto foi aprovado, queria mais estacionamentos, para melhorar aquela zona. Mais estacionamentos na cave, obrigando a investir e a ter que alargar a cave para colocar lá mais estacionamentos privados e para aumentar também cá fora o estacionamento de uso público.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dar algumas explicações referentes ao assunto em questão referindo que este processo só veio à Assembleia Municipal porque a Câmara exigiu ao promotor o aumento dos lugares de estacionamento, por se ter entendido que os lugares de estacionamento que existiam antes, e ainda por cima, por força da necessidade de reforço das estruturas, nada mais natural que esse aumento tivesse lugar com o alargamento da cave. **Samuel Costa** pediu a palavra dizendo que então, o alargamento da cave que vai além do edifício, será de domínio privado do hotel. Questionou ainda se apenas o subsolo era de uso privado do promotor do hotel, tendo o senhor Presidente da Câmara respondido que sim. **Samuel Costa** ainda acrescentou que agradecia que a senhora Presidente da Assembleia Municipal, quando enviasse os documentos aos membros da mesma, e quando neles se referisse, como se refere nesta informação que foi disponibilizada, “de acordo com o anexo nº 005 (folha 701)” e “o valor para a aquisição ... é o que consta na folha em anexo”, enviasse os anexos que a mesma refere. Desta forma, disse não saber o que se está a votar.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usando da palavra disse que de facto não se sabe o que é que se está a votar, porque os anexos não veem e este é um assunto demasiado importante para que isso aconteça. Trata-se de valores, desafetação do domínio público para o domínio privado para ser vendido, em que moldes? Em que termos? A questão que o senhor Presidente está a tentar esclarecer, que o estacionamento à superfície será subordinado, mas onde é que isso está na informação que foi recebida? Onde é que está que a alienação do património da Câmara posteriormente, estará condicionada? Há uma condicionante relativamente ao comprador privado de que terá de ceder para o domínio público, o estacionamento à superfície? Não se trata de desconfiança, mas sim de falta de informação. -----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes disse que, sobre o hotel já foi quase tudo dito, querendo apenas acrescentar algumas palavras ao que foi dito por Luís Almeida. Continuou dizendo que esta história do hotel por construir há quinze anos em Porto de Mós, tem rosto. Quem nessa altura apresentou uns diapositivos muito bonitos nesta Assembleia Municipal foi o, na altura, vice-presidente da Câmara e responsável pelo urbanismo. Nessa altura, o hotel tinha duas condicionantes: uma era a caução de duzentos e cinquenta mil euros, caso não fosse construído e a outra era a reversão do lote a favor da Câmara, ou seja, se o hotel, no espaço de cinco anos não fosse construído, revertia a favor da autarquia. Isto constava das condicionantes do loteamento. A pergunta que se faz é porque é que elas nunca foram registadas como disse Luís Almeida, e essa é uma pergunta que fica sem resposta. A segunda pergunta que fica sem resposta, é porque é que depois de registadas na conservatória das Caldas da Rainha, elas nunca foram executadas, porque depois houve uma prorrogação de licença e mais uma vez o hotel não foi construído. Foi acionada a caução de duzentos e cinquenta mil euros, mas as condicionantes estavam registadas e valessem o que valessem não foram acionadas. Perguntou depois, no espaço de quinze anos, quem é que esteve na Câmara. Continuou dizendo que compreende a dificuldade da Assembleia em analisar esta questão agora, mas o que o incomoda é estarem tão preocupados com uma questão de alargamento do espaço de estacionamento numa cave, que é do que se está a falar, mas todas as questões que acabou de referenciar não incomodam ninguém em Porto de Mós. Se a Câmara tivesse adquirido o hotel quando foi à praça por menos de cem mil euros, este problema não existia, porque o atual promotor apesar de ir acrescentar mais um piso ao hotel e fazer o alargamento da cave, pode vir a concluí-lo ou não. E a daqui a alguns anos, pode-se estar novamente aqui com esta conversa. Assim, disse que só vê duas hipóteses de solucionar esta questão: ou não se aprova aqui esta proposta e a situação continua como está, ou se aprova com a convicção que o hotel verá a luz do dia. Terminou dizendo que a única coisa que o leva a ter um pouco mais de fé, é o facto de este promotor ter anexado os dois prédios ao lado para uso do hotel, aumentando o número de quartos de quarenta para oitenta, o que o leva a crer que quem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

faz isto, em princípio está bem-intencionado. Disse depois esperar que esta situação sirva de exemplo para o futuro, de forma a que não voltem a acontecer situações destas, que envergonham a todos.-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra começando por dizer que, enquanto portomosenense e cidadão deste concelho, o que quer é ver aquele hotel concluído, não sendo uma bandeira sua, mas sim do interesse de Porto de Mós. No que se refere à documentação disse que achava que os anexos tinham ido, apenas se apercebendo quando o deputado municipal Antonio José Ferreira o interpelou nesse sentido. Disse ainda reconhecer que é necessária mais informação passando a esclarecer que é possível comprar a cave não cedendo a domínio privado a parte de cima. No que toca à unificação dos lotes, disse que o procedimento administrativo está em curso, havendo de ter os habitantes a oportunidade de se manifestar, no tempo certo. Relativamente à questão central, disse que o preço é aquele que aparentemente está identificado e registado nas finanças. Mas ainda assim, a Câmara pediu uma avaliação daquele espaço, a um avaliador externo, independente e registado na CMVM. O valor para estes metros quadrados que aqui estão, rondam os quarenta mil euros. Se eventualmente a avaliação for inferior, é o valor das finanças que conta. Terminando, disse que, em determinada altura, foi referido numa resposta do então Presidente da Câmara, aqui na Assembleia Municipal a Antonio Pires, que não era possível, depois de consultado um gabinete jurídico conceituado do país, o lote reverter para a Câmara Municipal. Disse ainda, naquela altura, em 2010, que o promotor se terá comprometido em remeter o projeto para o Fundo de Turismo para ser aprovado. Ora passados nove anos, este promotor tem o projeto aprovado pelo Fundo de Turismo, tem uma candidatura aprovada, estando a aguardar esta decisão e o procedimento administrativo de que há pouco falou, e por imposição da Câmara Municipal, este processo vem aqui, porque senão, nem precisava de vir. Se a Câmara aceitasse que o hotel fosse construído sem este aumento de lugares de estacionamento, o processo não precisava de vir aqui. Prosseguiu dizendo que, a Câmara exigiu que os prédios de apartamentos comprados pelo promotor, pelo valor de trezentos e setenta mil euros, ficassem condicionados ao uso exclusivo de turismo. Criou-se assim um ónus, num território em que até há falta de apartamentos, condicionando-se o uso daqueles dois prédios para a atividade do hotel, parecendo-lhe que isto é uma manifestação bastante forte do interesse em avançar com o hotel.---

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs a votação o presente ponto da ordem de trabalhos – **Desafetação de bem do domínio público para o domínio privado do Município - terreno junto do Hotel** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 4 (quatro) abstenções, 6 (seis) votos contra e 21 (vinte e um) votos a favor.**-----

-----O Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou a seguinte declaração de voto:-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----DECLARAÇÃO DE VOTO DOS DEPUTADOS DO PARTIDO SOCIALISTA-----

-----Os Deputados Municipais do Partido Socialista que votaram contra a desafetação do domínio público para o domínio privado do Município – terreno junto ao hotel, declaram o seguinte:-----

-----1. Reforçamos a nossa posição de reconhecimento do interesse e mais-valia que constitui o término da construção do Hotel para a população;-----

-----2. O nosso sentido de voto assenta no facto de não terem sido fornecidos atempadamente elementos necessários para a devida apreciação, que consideramos fundamentais até ao início desta Assembleia Municipal, tais como as plantas de desafetação das áreas em causa, o valor em causa, os pareceres dos Técnicos Municipais relativamente às alterações previstas, a posição e salvaguarda dos Municípios que habitam nos prédios contíguos e que agora vão ver alteradas as condições que foram propostas aquando da aquisição dos mesmos, a equidade e justiça para os demais Municípios em casos similares, do que está a ser proposto, e por fim os pareceres técnicos em termos de segurança e exequibilidade para a construção e alteração de um projeto que inicialmente não previa mais pisos.-----

-----Face ao exposto, consideramos que não existem informações suficientes que assegurem a boa resolução deste processo tão complexo e a salvaguarda da defesa dos interesses da população, pondo em causa um processo irreversível.-----

-----Porto de Mós, 26 de abril de 2019.-----

-----9. Transferências de competências nas Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais:-----

-----9.1. Transferências de competências para os Órgãos Municipais no domínio da Educação - Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro - proposta da Câmara Municipal:-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra passando a apresentar a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara de 10.04.2019, e que a seguir se transcreve:-----

----- “Considerando que:-----

-----Concretizando os princípios da subsidiariedade, descentralização administrativa e autonomia do poder local, a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, prevê que os municípios vejam transferidos para si competências em vários domínios, entre os quais a educação.-----

-----O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro procede ao reforço das áreas que anteriormente foram descentralizadas para os municípios conferindo-lhes, também, novas competências e organizando num único diploma legal as competências das autarquias locais e entidades intermunicipais nas vertentes de planeamento, investimento e gestão no domínio da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

educação e regulando o funcionamento dos conselhos municipais de educação. A este respeito, destaca-se a manutenção da carta educativa municipal e do plano de transporte escolar como instrumentos de planeamento e a consagração da participação das entidades intermunicipais no planeamento plurianual da rede de oferta de educação e formação.-----

-----As competências das autarquias locais no domínio do investimento, equipamento, conservação e manutenção de edifícios escolares são alargadas a todo o ensino básico e ao ensino secundário.-----

-----Estas transferências implicam a assunção de responsabilidades financeiras acrescidas ainda desconhecidas.-----

-----Nesse sentido, o município deve assumir uma posição de alguma prudência neste processo de descentralização de competências, de modo a que o mesmo possa efetivamente constituir um instrumento de melhoria dos serviços públicos, do reforço e fortalecimento do poder local e do papel das autarquias no desenvolvimento e na valorização da coesão territorial.-----

-----A falta de definição do financiamento e ainda a pouca clarificação da assunção das responsabilidades das partes no processo, nomeadamente no domínio do investimento, equipamento, conservação e manutenção dos edifícios escolares das Escolas Secundárias de Porto de Mós e Mira de Aire e da EB2 Dr. Manuel Oliveira Perpétua, é imprescindível uma tomada de posição que defenda os interesses do Município. -----

-----É certo, que autonomia e a descentralização constituem aspetos fundamentais de uma nova organização do poder local, com o objetivo de concretizar na vida dos municípios a democratização, a igualdade de oportunidades e a qualidade do serviço público.-----

-----No entanto, o Município de Porto de Mós considera que para garantir as melhores condições devemos dispormos meios financeiros necessários, que não podem advir do orçamento municipal, ficando o Município desprovido de meios, com uma suborçamentação, para fazer face a outras necessidades. Para além disto, a experiência prática das competências, já anteriormente recebidas, na mesma área da Educação, no âmbito do Contrato de Execução nº 179/2009 aconselha toda a prudência neste novo processo. Recorde-se que as verbas transferidas pelo Governo para o cumprimento dessas responsabilidades ficam sucessivamente aquém das necessidades, tendo o Município que despende todos os anos largos milhares de euros do seu orçamento próprio para uma área à qual dá toda a prioridade.-----

-----Exemplo disso é o encargo financeiro com o pessoal não docente em número adequado para assegurarem o bom funcionamento das escolas do ensino básico e secundário, de forma a cumprir com a prestação do serviço imposto por lei ao Município, tal como demonstram os números referidos no quadro seguinte:-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Concelho	Rácio em 2018/2019, de acordo com a Portaria n.º 272-A/2017, de 13/09	Atualização no Pré-escolar	N.º de Assistentes Operacionais nas Escolas	Diferencial Suportado pelo Município
Porto de Mós	72	3	122	47

-----Por outro lado, os edifícios das Escolas Secundárias de Porto de Mós e Mira de Aire e da EB2 Dr. Manuel Oliveira Perpétua necessitam de requalificações/adaptações, em particular a Escola Secundária de Porto de Mós e EB2 Dr. Manuel Oliveira Perpétua que necessitam de uma requalificação de fundo, nomeadamente, em termos de isolamentos, instalações sanitárias, instalações elétricas, sistemas de aquecimento, de acessibilidades, e equipamentos básicos para a função pedagógica (quadros, mobiliário adequado, projetores, fotocopiadores, material informático, entre outros), bem como, recursos de apoio à vigilância e segurança nos edifícios, arranjos exteriores incluindo a jardinagem, entre outras ações indispensáveis para uma melhor prestação de serviço educativo no concelho.-----

-----Ciente que melhorar as infraestruturas escolares contribui para melhorar a qualidade do ensino/aprendizagem e fixar os alunos às escolas, o Município está empenhado na requalificação e ampliação da Escola Secundária de Porto de Mós de forma também, a acolher os alunos da EB2 Dr. Manuel Oliveira Perpétua, o que requer um investimento estimado num valor superior a 7 milhões de euros, o que representa para o orçamento municipal um avultado encargo, de tal forma que o Município ficará impedido de atuar noutras áreas essenciais que constituem atribuições municipais, de forma a garantir e melhorar o bem-estar e qualidade de vida dos munícipes.-----

-----Em face do exposto, proponho o seguinte:-----

-----Nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada a proposta a submeter à Assembleia Municipal com o seguinte conteúdo:

-----1. O Município de Porto de Mós não reúne as condições necessárias para receber a transferência de competências no domínio da educação.-----

-----2. Que esta proposta seja aprovada em minuta pela Assembleia Municipal para efeitos de execução imediata."-----

-----Referiu ainda que, nesta matéria, o Estado tem com a Autarquia um acordo desde 2010, tendo já uma parte significativa desta descentralização feita, o que permite que se tenha uma visão mais próxima da realidade. Atendendo a necessidade de obras de requalificação de que as escolas necessitam, nomeadamente a secundária de Porto de Mós, a Escola Dr. Manuel Oliveira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Perpétua e a secundária de Mira de Aire, foi feito um estudo sobre a escola secundária de Porto de Mós, que foi entregue à senhora Secretária de Estado. Foi-lhe dito que o município pagaria o projeto bem como 7,5% de sete milhões de euros. Afirmou ainda que caso esta proposta fosse aceite, o município pagaria, porque não se pode esquecer que hoje a educação também é geradora de concorrência, lembrando que Alcobaça tem uma escola nova, feita assim, com a participação do município na componente nacional e Batalha está a concluir, exatamente nos mesmos moldes, sendo certo que Porto de Mós terá de partir para uma solução deste género. Manifestou depois o seu espanto quando teve conhecimento de que a escola secundária de Porto de Mós não é considerada prioritária, quando se sabe que esta escola está completamente degradada, quase inoperacional, tendo de ser feita alguma coisa nesta área. Por esta razão, principalmente, o executivo entendeu que não deveria receber a proposta de descentralização na área da educação.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Usando da palavra, referiu que, conforme informação que lhe foi disponibilizada, o estado pretende transferir competências reforçadas para as autarquias, na área da educação, como infraestruturas e outras, para além das que já lhes estão delegadas na gestão corrente e pessoal não docente. Como já aconteceu com outras propostas de descentralização que por aqui passaram, o município não está disponível para as aceitar por falta de clarificação de algumas matérias.-----

-----Terminou dizendo que concorda que o estado delegue mas com respeito pelos municípios e pelos seus munícipes.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **Transferências de competências para os Órgãos Municipais no domínio da Educação - Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro - proposta da Câmara Municipal** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.**-----

-----**9.2. Transferências de competências para as Entidades Intermunicipais no domínio da Educação - Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro - proposta da Câmara Municipal:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra passando a apresentar a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara de 10.04.2019, e que a seguir se transcreve:-----

-----“Considerando que:-----

-----Concretizando os princípios da subsidiariedade, descentralização administrativa e autonomia do poder local, a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, prevê que os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

municípios sejam transferidos para si competências em vários domínios, entre os quais a educação.

Os Municípios que integram a CIMRL acordaram entre si o exercício das novas competências no domínio da Educação, no âmbito do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, para aquela entidade, dado que essas competências transferidas não implicam custos na sua execução por se tratarem de matérias de gestão e planeamento, conforme estabelecido no artigo 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

Em face do exposto, proponho o seguinte:

Nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada a proposta a submeter à Assembleia Municipal com o seguinte conteúdo:

1. O Município de Porto de Mós aceita que as competências conferidas por lei nos termos do artigo 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto sejam transferidas para a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL).

2. Que esta proposta seja aprovada em minuta pela Assembleia Municipal para efeitos de execução imediata."

Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):

Usando da palavra disse que há competências que fazem sentido serem recebidas pelas Comunidades Intermunicipais, dizendo que concorda com o senhor Presidente da Câmara porque efetivamente as escolas são um fator concorrencial, do qual o concelho de Porto de Mós se encontra carecido.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs a votação o presente ponto da ordem de trabalhos – **Transferências de competências para as Entidades Intermunicipais no domínio da Educação - Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro - proposta da Câmara Municipal - tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.**

9.3. Transferências de competências para os Órgãos Municipais no domínio da Saúde - Decreto-Lei 23/2019, de 30 de janeiro - proposta da Câmara Municipal:

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra passando a apresentar a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara de 10.04.2019, e que a seguir se transcreve:

"Considerando que:

Concretizando os princípios da subsidiariedade, descentralização administrativa e autonomia do poder local, a Lei n.º 50/2018, 16 de agosto – Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, prevê que os municípios sejam transferidos para si competências em vários domínios, entre os quais a saúde.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----De acordo com o Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, é da competência dos órgãos municipais participar no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção e que compete igualmente aos órgãos municipais:-----

-----a) Gerir, manter e conservar outros equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários;-

-----b) Gerir os trabalhadores, inseridos na carreira de assistentes operacionais, das unidades funcionais dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) que integram o Serviço Nacional de Saúde;-----

-----c) Gerir os serviços de apoio logístico das unidades funcionais dos ACES que integram o Serviço Nacional de Saúde;-----

-----d) Participar nos programas de promoção de saúde pública, comunitária e vida saudável e de envelhecimento ativo.-----

-----A autonomia e a descentralização constituem aspetos fundamentais de uma nova organização do poder local, com o objetivo de concretizar na vida dos municípios a democratização, a igualdade de oportunidades e a qualidade do serviço público.-----

-----Mesmo estando contemplado no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, que não se transferem para os municípios apenas competências de gestão, prevendo-se também o estabelecimento de uma parceria estratégica entre os municípios e o SNS relativa aos programas de prevenção da doença, com especial incidência na promoção de estilos de vida saudáveis e de envelhecimento ativo, o que transparece é que apenas são transferidas competências de mera execução, uma vez que nos referidos programas já o município atua e tem uma intervenção proactiva, nomeadamente através de parceria já estabelecidas com a DGS, ARS Centro e o Município.-----

-----O Decreto-Lei não prevê atribuir qualquer autonomia ao Município no poder de decisão na estratégia local ao nível da saúde. A saúde e os problemas existentes no concelho vão para além da mera gestão e manutenção dos equipamentos e dos assistentes operacionais, não tendo o município qualquer poder para intervir em outras áreas nomeadamente, na gestão dos recursos humanos, no que respeita à contratação e afetação de assistentes administrativos e na definição da estratégia para as unidades de saúde do concelho de forma a garantir os cuidados primários de saúde a Todos os munícipes do concelho.-----

-----O Município de Porto de Mós considera que a verba de 204 565 € a transferir, fica muito aquém das reais necessidades do concelho. Para garantir as melhores condições devemos dispor dos meios financeiros necessários, que não podem advir do orçamento municipal, ficando o Município desprovido de meios, com uma suborçamentação, para fazer face a outras necessidades. Para além disto, a experiência prática das competências, já anteriormente recebidas, por exemplo, na área da Saúde, no âmbito do Contrato de Execução nº 179 /2009, aconselha toda a prudência neste novo processo. Recorde-se que as verbas transferidas pelo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Governo para o cumprimento dessas responsabilidades ficam sucessivamente aquém das necessidades, tendo o Município que despender todos os anos largos milhares de euros do seu orçamento próprio para uma área à qual dá toda a prioridade.-----

-----Os edifícios afetos à saúde no concelho necessitam de requalificações/adaptações, nomeadamente: -----

-----Mira de Aire – infiltrações em diversas divisões, mobiliário desadequado, mormente não homologado para esta função;-----

-----Alqueidão da Serra – o edifício não reúne as condições ideais, necessitando, como tal, de uma requalificação de fundo em toda a infraestrutura;-----

-----Porto de Mós – o edifício necessita de uma requalificação de fundo, nomeadamente em termos de acessibilidades, instalações elétricas, AVAC, rede voz e dados, isolamentos, instalações sanitárias e equipamentos básicos para a função.-----

-----De acordo com os mapas remetidos pela Secretaria de Estado das Autarquias Locais e que ficam a constar em anexo ao presente documento, a proposta apresentada não contempla verbas para determinadas rubricas, nomeadamente:-----

-----Atividades de apoio à vigilância e de segurança;-----

-----Arranjos exteriores incluindo a jardinagem;-----

----- Seguros dos estabelecimentos de saúde;~-----

-----Manutenção e conservação de elevadores;-----

-----Manutenção dos sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado, incluindo o sistema AVAC.-----

-----Por outro lado, as verbas alocadas a serviços de limpeza, fornecimento de eletricidade, gás, água e saneamento, encargos com táxis ou outros meios de deslocação, utilizados para a prestação de cuidados de saúde, pagamento de rendas e de outros encargos, quando a eles haja lugar, são manifestamente insuficientes para as necessidades das 10 unidades funcionais do ACES Pinhal Litoral que existem atualmente no Concelho de Porto de Mós.-----

-----O Município está empenhado na criação de uma unidade de saúde familiar com polos nas freguesias, que requerem condições técnicas e que irão ter custos que não estão contemplados nos mapas elaborados no âmbito da descentralização da saúde para o Município de Porto de Mós, situação que nos preocupa sobremaneira, dado que, essas condições técnicas exigem custos que são muito elevados para o orçamento municipal ficando desse modo impedido de atuar em outras áreas como é o caso da educação, ação social, ambiente, saneamento, abastecimento de água, infraestruturas entre outras, necessárias para garantir e melhorar o bem-estar e qualidade de vida dos munícipes.-----

-----Em face do exposto, proponho o seguinte:-----

-----Nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada a proposta a submeter à Assembleia Municipal com o seguinte conteúdo:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----1. O Município de Porto de Mós não reúne as condições necessárias para receber a transferência de competências no domínio da saúde.-----

-----2. Que esta proposta seja aprovada em minuta pela Assembleia Municipal para efeitos de execução imediata."-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que se trata de uma matéria que o Estado terá com certeza de rever, porque quase nenhum município a vai receber, pelas razões que constam da informação acima referida.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----À semelhança do que disse relativamente à educação, a situação da saúde é um problema ainda mais grave. De acordo com a informação que foi disponibilizada, o estado pretende transferir para as autarquias, competências na área da saúde, além das que já lhes estão delegadas. Estão a passar-se períodos complicados na área da saúde, no país e particularmente no concelho de Porto de Mós. Seria sério, se além das competências que se pretendem transferir, o município fosse envolvido e com competências próprias na estratégia e no modelo de gestão da saúde no concelho, administrando os recursos humanos. Só assumir infraestruturas e todos os custos a elas inerentes, sem que o problema da falta de médicos seja resolvido, porque depende do estado, e nem tão pouco sejam transferidos os valores suficientes para o efeito, afetando brutalmente os orçamentos municipais, não é correto.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs a votação o presente ponto da ordem de trabalhos – **Transferências de competências para os Órgãos Municipais no domínio da Saúde - Decreto-Lei 23/2019, de 30 de janeiro - proposta da Câmara Municipal** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**9.4. Transferências de competências para as Entidades Intermunicipais no domínio da Saúde - Decreto-Lei 23/2019, de 30 de janeiro - proposta da Câmara Municipal:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra passando a apresentar a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara de 10.04.2019, e que a seguir se transcreve:-----

-----“Considerando que:-----

-----Concretizando os princípios da subsidiariedade, descentralização administrativa e autonomia do poder local, a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, prevê que as entidades intermunicipais vejam transferidas para si competências em vários domínios, entre os quais a saúde.-----

-----Os Municípios que integram a CIMRL acordaram entre si o exercício das novas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

competências no domínio da saúde, no âmbito do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, para aquela entidade, dado que essas competências transferidas não implicam custos na sua execução por se tratarem de matérias de gestão, planeamento, consulta e representação, conforme estabelecido no artigo 33.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

-----Em face do exposto, proponho o seguinte:-----

-----Nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada a proposta a submeter à Assembleia Municipal com o seguinte conteúdo:-----

-----1. O Município de Porto de Mós aceita que as competências conferidas por lei nos termos do artigo 33.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto sejam transferidas para a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL).-----

-----2. Que esta proposta seja aprovada em minuta pela Assembleia Municipal para efeitos de execução imediata."-----

-----Ao contrário do que se passa com o assunto do ponto anterior, disse o senhor Presidente da Câmara que concorda, porque assim a CIM passará a ter assento no Concelho Geral do ACES, sendo mais uma voz dos autarcas junto do poder decisório.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs a votação o presente ponto da ordem de trabalhos – **Transferências de competências para as Entidades Intermunicipais no domínio da Saúde - Decreto-Lei 23/2019, de 30 de janeiro - proposta da Câmara Municipal** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----10. Adesão à Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica - Proposta da Câmara Municipal:-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra passando a apresentar a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara de 10.04.2019, e que a seguir se transcreve:-----

-----“A Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica é uma Associação que se rege, nos termos da lei geral, tendo por fim a realização de interesse específicos, comuns aos membros que a integram, sem fins lucrativos e independente de qualquer outra associação.-----

-----Considerando que a Associação tem como fins:-----

-----A defesa, a valorização e a divulgação do Património Cultural e Histórico Cerâmico;-----

-----O Intercâmbio de experiências entre os associados, nomeadamente ao nível da conservação do património;-----

-----O estabelecimento de parcerias entre cidades e vilas com vínculos tradicionais à cerâmica seja do tipo produtivo, cultural ou de outro âmbito;-----

-----A promoção da criação artística e a difusão da cerâmica tradicional e contemporânea;-----

-----A planificação e o desenvolvimento de uma política de divulgação e de comercialização

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da oferta cerâmica nos diversos centros de produção em território nacional;-----
-----O incentivo de relações de cooperação e intercâmbios entre municípios associados que partilhem de realidades próximas, bem como com outras entidades particularmente relacionadas com a produção e a comercialização da cerâmica;-----
-----O incremento de programas de formação dentro da atividade cerâmica, tanto de carácter produtivo como cultural, garantindo a continuidade do sector nas áreas municipais aderentes à APTCVC;-----
-----Impulsionar e facilitar, desde que as instituições e administrações locais às europeias, nos mais diversos níveis, as iniciativas que se mostrem pertinentes para o desenvolvimento da competitividade da atividade cerâmica;-----
-----Promover a consciencialização de empresários e das comunidades locais para a importância histórica e patrimonial da cerâmica, seja na vertente artesanal como industrial;-----
-----Evidenciar o potencial da sustentabilidade económica e social das cidades e vilas associadas a partir da cerâmica, que passa pela manutenção da tradição aliada à inovação;-----
-----Tomar em conta qualquer outra finalidade, que se enquadre na natureza intrínseca e nos interesses das cidades e vilas associadas, desde que acordado pela Assembleia da APTCVC;-----
-----Considerando que o Município cumpre as condições de admissão, nos termos do ponto 6 do artigo 8.º dos Estatutos da Associação.-----
-----**Propomos** que o Executivo da Câmara Municipal de Porto de Mós delibere nos termos das disposições conjugadas das alíneas t) e ccc) do n.º1 do art.º 33.º, das alíneas e) no n.º 2 do art.º 23.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, aplicável por força do disposto dos n.ºs 2 e 3 do art.º 56.º do mesmo diploma legal, submeta à Assembleia Municipal a adesão do Município de Porto de Mós à Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica, associação de direito privado, sem fins lucrativos, como membro associado."-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Disse que antes de se referir a este ponto da ordem de trabalhos, queria registar com agrado a preocupação do senhor Presidente da Câmara na requalificação da Escola Secundária de Porto de Mós. A bancada do PSD no passado estava na oposição, e várias vezes propôs isso ao anterior executivo, nunca tendo tido acolhimento.-----
-----No que se refere ao presente ponto da ordem de trabalhos, passou a referir que este é um concelho de com uma forte tradição histórica e cultural ligada à cerâmica, principalmente na freguesia de Pedreiras e Juncal, tendo as melhores empresas a nível europeu e até a nível mundial, sendo importante a valorização e a defesa desse património. Considera que a adesão a esta associação é uma excelente decisão do executivo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----
-----Disse que faz suas as palavras de Olga Silvestre, relativamente à importância da cerâmica no concelho, nomeadamente nas freguesias mais a oeste do concelho, lamentando que Porto de Mós não faça parte dos municípios que constituíram esta Associação.-----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu que quando teve conhecimento da Associação ficou admirado por Porto de Mós não fazer parte dos membros originários tendo telefonado ao Presidente da Câmara de Caldas da Rainha que lhe disse ter oficializado o convite à Câmara de Porto de Mós, não tendo obtido resposta, mas que a todo o momento se poderia entrar, que é o que aqui se está a fazer.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal pôs a votação o presente ponto da ordem de trabalhos – **Adesão à Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica - Proposta da Câmara Municipal** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**11. Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dar conhecimento à Assembleia Municipal, da informação que a seguir se transcreve:-----

-----"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS - PARA CONHECIMENTO :-

-----A Lei n.º8/12, de 21 de fevereiro, alterada e republicação pela Lei n.º22/2015, de 17 de março, que aprova a regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, dispõe na alínea c) do n.º1 do artigo 6º que a assunção de compromissos plurianuais independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que concerne às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.-----

-----Deste modo, e por razões de simplificação e celeridade processuais, foi solicitado à Assembleia Municipal que deliberasse no sentido de emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos em que os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e também em casos cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

-----Face ao exposto, na sequência da aprovação da referida autorização prévia genérica em Assembleia Municipal de 30-11-2018, e dando cumprimento ao artigo 22.º e Anexo I das

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Medidas de Execução do Orçamento da Câmara Municipal de Porto de Mós para o ano 2019, junto se anexa um quadro onde constam os compromissos assumidos ao abrigo da mesma desde 01-01-2019 a 31-03-2019."-----

-----**David Miguel Feteira Salgueiro (PS):**-----

-----Usando da palavra, disse que queria deixar uma nota, não concretamente sobre este ponto, mas aproveitando o ensejo, dizer a Olga Silvestre, que ao contrário do que disse o senhor Presidente da Câmara, que o anterior executivo só fez rotundas e pavilhões, lembrar que aquele conseguiu fazer uns centros escolares de excelência. Com esse entusiasmo de querer requalificar a escola Secundária de Porto de Mós, espera que se consiga realizar esse desígnio, e que venha a ter tão boas condições como têm os centros escolares.-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra, dizendo que o senhor deputado David Salgueiro está a confundir as coisas. O Município de Porto de Mós, não tem obrigação nenhuma de requalificar a Escola Secundária de Porto de Mós, mas tinha obrigação de fazer os Centros Escolares, porque estes são da competência do Município e tinha que os fazer.-----

-----**12. Relatório Anual de Atividades da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Porto de Mós):**-----

-----O senhor Presidente da Câmara deu a palavra à senhora Vereadora Telma Cruz que passou a fazer uma breve síntese do relatório que foi oportunamente distribuído por todos os deputados municipais.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (AJSIM):**-----

-----Começou por dizer que as CJCJ's em geral, e a de Porto de Mós não é exceção, tem uma atuação importantíssima e cada vez mais, face inclusivamente ao crescendo dos problemas sociais, cada vez mais camuflados. O que queria alertar, principalmente à comissão restrita é que muitas vezes, as decisões são demasiado formalistas. Estas tem de ser tomadas com base no que é o formalismo legal, mas também muito mais pensadas para que se adequem às realidades que lhes são presentes.-----

-----**Elsa Cristina Leitão dos Santos (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes disse que, também um pouco na linha do raciocínio de Mário Cruz, é obvio que a Comissão Alargada, da qual faz parte como representante dos eleitos nesta Assembleia, o seu papel é muito aquém daquilo que a Comissão necessita. Da sua experiencia retira que a Comissão está a ter um crescendo de processos, que em sua opinião é assustador, não se podendo descurar esse facto. Em relação à mobilidade da estrutura física onde

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se insere a Comissão, apesar de ter melhores condições, acha que está muito deslocada, o que pode conseqüentemente implicar não ser procurada. Fez ainda alguns comentários sobre a falta de recursos humanos que se verificam na comissão restrita, tanto mais que se trata de uma problemática muito desgastante emocionalmente. Disse ainda que tem de haver algum cuidado na seleção das pessoas que trabalham nesta área, até porque as próprias crianças e famílias acabam por estabelecer relações com os técnicos que as acompanham, pelo que a rotatividade não é solução, tendo ainda em conta que se tratam de processos sigilosos. Outra questão que disse achar que não funciona é a CPCJ não dispor de uma viatura. O seu receio é que estas situações não venham a ser conduzidas da melhor forma por falta de alguns recursos que a Câmara tem. Terminou dizendo que, tendo sido o senhor Presidente um dos grandes impulsionadores desta Comissão e sendo-lhe esta querida, tem todo o interesse em que ela funcione como deve ser.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Dirigindo-se à senhora Vereadora Telma Cruz, disse que da análise do relatório constam alguns casos de absentismo e de violência doméstica, perguntando quais as políticas que a Câmara tem adotado no sentido de diminuir estes casos, junto das crianças e jovens e também junto das mulheres e/ou dos homens vítimas de violência doméstica.-----

-----O senhor Presidente passou a responder à senhora deputada **Elsa Leitão**, dizendo que ainda bem que referiu o facto de no princípio dos anos noventa, ter sido criada a CPCJ em Porto de Mós, que foi também uma das primeiras no país, altura em que ele foi vereador com o pelouro da Ação Social. Os tempos eram outros e provavelmente as problemáticas também. É confrangedor para si, as instalações que a CPCJ tinha. Hoje a CPCJ tem instalações condignas havendo um *staff* de seis técnicos, sendo que dois ou três em permanência. No que se refere à viatura, disse que a CPCJ nunca teve. Este executivo centralizou as viaturas da autarquia e sempre que é necessário, o carro é requisitado ao gestor de frota, e aquilo que este sabe, é que a CPCJ é prioritária.-----

-----Respondendo depois a Mário Cruz, a senhora Vereadora Telma Cruz, disse que pensa que se está no bom caminho, pois respeitando a lei tenta-se não se ser demasiado formalistas, numa primeira abordagem. Quanto ao que foi dito por Elsa Leitão, respondeu que a rotatividade dos membros da CPCJ, não acontece porque se quer, havendo baixas médicas, sendo que um dos elementos da CPCJ está de baixa desde outubro. Houve também uma saída porque um dos elementos saiu do concelho e teve que ser substituído e ainda, outra pediu agora, licença sem vencimento. São situações que ocorrem e que não dependem nem da Câmara nem da CPCJ. Terminou dizendo que os elementos que estão a trabalhar têm sensibilidade e têm formação para o efeito. No que se refere ao local em que se situa a CPCJ, embora seja mais distante, o município

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também disponibilizou um psicólogo para estar nas escolas, para que as crianças não precisem de deslocar-se à CPCJ e se for caso disso, as técnicas deslocam-se às escolas. Quanto à viatura, disse que o senhor Presidente da Câmara já respondeu. Respondendo depois a Olga Silvestre disse que relativamente ao absentismo, têm vindo a ser criadas um conjunto de medidas para dar resposta a esses alunos, criando uma oferta educativa diversificada, promovendo iniciativas em conjunto com as escolas para ir ao encontro e também como forma de prevenção relativamente às dependências.-----

-----**9. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que estava disponível para responder às questões que entendessem colocar-lhe, face ao documento que foi oportunamente distribuído por todos os membros desta Assembleia.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, a Presidente da Assembleia Municipal, prosseguiu dizendo que, **a mesa da Assembleia propõe a aprovação em minuta das deliberações constantes dos pontos 2, 4, 6 (6.1, 6.2, 6.3), 7, 8, 9 (9.1,9.2,9.3,9.4) e 10 da Ordem de Trabalhos**, dispensando a sua leitura. Submetida esta proposta a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

-----A senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 01.00 horas do dia 27 de abril e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

